

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUAN FERNANDO LEAL FERREIRA

A “SUTILEZA” DO ÓDIO:
RACISMO ESTRUTURAL E POLICIAL POR MEIO DAS REPORTAGENS SOBRE
O ESQUADRÃO DA MORTE NA REVISTA FATOS E FOTOS(1968-1975).

CURITIBA

2018

LUAN FERNANDO LEAL FERREIRA

A “SUTILEZA” DO ÓDIO:
RACISMO ESTRUTURAL E POLICIAL POR MEIO DAS REPORTAGENS SOBRE
O ESQUADRÃO DA MORTE NA REVISTA FATOS E FOTOS(1968-1975).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR- BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Bibliotecário: Guilherme Luiz Cintra Neves – CRB9/1572

F383s

Ferreira, Luan Fernando Leal

A “sutileza” do ódio: racismo estrutural e policial por meio das reportagens sobre o Esquadrão da Morte na revista Fatos e Fotos (1968-1975) / Luan Fernando Leal Ferreira. – Curitiba, 2018.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

Orientador: Marcos Gonçalves .
Inclui bibliografia.

1. Racismo. 2. Grupos de extermínio. 3. Mídia impressa. I. Universidade Federal do Paraná. II. Gonçalves, Marcos. III. Título.


CDD: 305.8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUAN FERNANDO LEAL FERREIRA**, intitulada: **A SUTILEZA DO ÓDIO: RACISMO ESTRUTURAL E POLICIAL POR MEIO DAS REPORTAGENS SOBRE O ESQUADRÃO DA MORTE NA REVISTA FATOS E FOTOS (1968-1975)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Agosto de 2018.


MARCOS GONÇALVES(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


ANDERSON PRADO(IFPR)


PRISCILA PIAZZENTINI VIEIRA(UFPR)



Dedico esta dissertação a todas e todos que
sonham que seus valores sejam referenciais para seu caráter ,
não sua cor de pele.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do esforço e apoio de muitas pessoas que me apoiaram e estimularam a ir sempre além em meus estudos sobre a situação racial no Brasil. Começo citando a CAPES a qual proporcionou financeiramente minha dedicação a este labor. Destaco a paciência e atenção dada pelo Professor Doutor Marcos Gonçalves às minhas ideias e a constante compreensão pelos “passos errados” que eventualmente dei durante esta jornada acadêmica. Agradeço a Maria Cristina Parzwski, secretaria da pós-graduação, pela constante ajuda nesta empreitada. Desejaria citar todos os amigos que estiveram ao meu lado, mas me privo de fazê-lo por receio de esquecer algum passando a ideia equivocada que tiveram menor importância nesta minha caminhada. Por fim, não posso esquecer dos meus familiares que em nenhum momento deixaram de me apoiar e incentivar na busca dos meus objetivos. À todos eles o meu MUITO OBRIGADO!

“Cada negro que for

Mais um negro virá

Para lutar

Com sangue ou não

Com uma canção

Também se luta irmão

Ouvir minha voz

Lutar por nós”

(Wilson Simonal e Ronaldo Bôscoli,

TRIBUTO A MARTIN LUTHER KING, 1967)

RESUMO

Esta dissertação objetiva expor e analisar determinados traços que compoem o que chamamos de racismo estrutural presentes no pensamento social brasileiro, tendo como suporte documental as reportagens diretas e indiretas sobre grupos que eram agrupados sobre a alcunha de *Esquadrão da Morte* na Revista *Fatos e Fotos*. O recorte dá-se entre 1968 e 1985. Estes grupos tratavam-se de organizações originalmente composto por policiais que atuavam na captura de sujeitos que, de alguma forma, escapavam da estrutura policial. No entanto, tais grupos acabaram por tornar-se agentes reprodutores da lógica discriminatória brasileira tanto em âmbito social como racial. Partindo de compreensões metodológicas da História Cultural e História Social focamos a análise no imbróglio da questão das *relações raciais* brasileiras referentes aos sujeitos com ascendência africana. Buscamos localizar como a violência racial não está restrita a violência física, introjetou-se no senso comum de tal maneira que tornou-se naturalizada. Concluiu-se que há sim uma dificuldade na assimilação do negro na sociedade como um igual por uma forte presença do pensamento colonial escravocrata que se expõem de maneira física somente no grau mais agudo. É a sua forma sutil presente na naturalização da posição subalterna e de iminente agente perigoso do negro que encontra sua forma mais profícua nas páginas da revista.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo Estrutural, Esquadrão da Morte, Revista *Fatos e Fotos*.

ABSTRACT

This dissertation aims to expose and analyze certain traits that make up what we call structural racism present in Brazilian social thought, having as documentary support the direct and indirect reports about groups that were grouped on the nickname of Squad of Death in *Fatos e Fotos Magazine*. The clash occurred between 1968 and 1985. These groups were organizations originally composed of police officers who worked on the capture of subjects who, somehow, escaped from the police structure. However, these groups eventually became reproductive agents of the Brazilian discriminatory logic in both the social and racial spheres. Starting from methodological understandings of Cultural History and Social History we focused the analysis in the imbroglio of the question of the Brazilian race relations referring to the subjects with African ancestry. We seek to locate how racial violence is not restricted to physical violence, it has entered into in common sense in such a way that it has become naturalized. It was concluded that there is rather a difficulty in the assimilation of the black in society as an equal by a strong presence of the slave-like colonial thought that exposes of physical way only in the most acute degree. It is its subtle form present in the naturalization of the subaltern position and imminent dangerous agent of the black who finds its most profitable form in the pages of the magazine.

KEYWORDS: Structural Racism, Death Squad, *Fatos e Fotos Magazine*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1. RACISMO ESTRUTURAL NA REVISTA <i>FATOS E FOTOS</i>	17
1.1. UMA IMAGEM PODE SER SUTIL?.....	18
1.2. ALGUMAS FACETAS DO RACISMO ESTRUTURAL.....	28
1.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	45
CAPÍTULO 2. ESQUADRÃO DA MORTE E A INSTITUIÇÃO POLICIAL POLÍCIAL	47
2.1. UM BREVE HISTÓRICO DO E.M....	47
2.2. O EM NO DISCURSO JORNALÍSTICO DA REVISTA <i>FATOS E FOTOS</i>	53
2.3. APONTAMENTO SOBRE A INSTITUIÇÃO POLICIAL.....	62
2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	64.
CAPÍTULO 3. RACISMO ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA POLICIAL NA REVISTA <i>FATOS E FOTOS</i>	66
3.1. A VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS EM IMAGENS.....	68
3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
FONTES	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

LISTA DE SIGLAS

FeF- Revista Fatos e Fotos

EM- Esquadrão da Morte

ERR- Estudos das Relações Raciais

RE- Racismo Estrutural

MNU- Movimento Negro contra a Discriminação Racial Unificado

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é expor e analisar determinados traços concernentes ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira, tendo como documentação a Revista *Fatos e Fotos*, em específico o racismo policial identificado em reportagens sobre os chamados Esquadrões da Morte. A baliza temporal parte de 1968 e finaliza em 1975, tal recorte justifica-se por se tratar do período das edições disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná (BPP) e por ser o período que a revista mais repercutiu os casos do EM.

Em visitas à BPP, no setor de periódicos deparamo-nos com as páginas do periódico FeF, um semanário editado pela Bloch Editores S.A., a partir de 28 de janeiro de 1961, sendo inicialmente uma versão enxuta da gigante revista Manchete, editada em Brasília, com o tempo, o impresso de tendência a assuntos com pouca possibilidade de polemização à época, abriu espaço para a discussões sobre política e questões de conflitos nacionais e internacionais, já a partir da década de 1980 tornou-se irregular (de semanal para quinzenal e por fim mensal) até cessar suas edições¹. Toda documentação estudada foi impressa no processo de impressão OFFSET, muito comum na grande mídia brasileira durante o século XX, proporcionando nitidez e cores nítidas necessárias a uma revista de grande circulação. Notamos nas edições da revista FeF a presença de reportagens de teor policial sobre grupos paramilitares denominados Esquadrão da Morte”². Justificamos a escolha da revista por essa representar em termos de conteúdo e formato um bom exemplar de mídia que pratica, de forma sutil ou não, como veremos no decorrer da dissertação, o Racismo Estrutural.

Mesmo sendo recorrente na discursividade dos inúmeros grupos do Movimento Negro brasileiro, nos foi complicado encontrar uma definição para o conceito de Racismo Estrutural. Entretanto, a partir da literatura é possível traçar o contorno onde se encontra a convergência do entendimento dos autores utilizados nesta dissertação sobre a natureza deste fenômeno, partindo destes compreendemos que trata-se da falta de reação ou

¹ Informações retiradas do verbete “Fatos e Fotos” de Vladimir Lombardo Jorge, no acervo da CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fatos-e-fotos>>.

² Mais informação sobre o grupo encontra-se na página da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-i-cap2.html>>.

reconhecimento da ofensa racial devido a naturalização de ações, compreensões, costumes, esteriótipos, estigmas relativos a determinados sujeitos de um mesmo grupo. Tal conceito difere do *racismo comum* pois leva em conta também discursos que, devido a uma construção sócio-histórica de sentidos, aparentemente soam inofensivas ou até elogiosas, referenciando-se, de maneira estereotipada, a questões fenotípicas e cognitivas do sujeito negro.

Enfatizamos que trata-se de uma pesquisa que se encaixa no Estudos das Relações Raciais (ERR), pois valorizamos a ideia que é no contato que acontecem e se reafirmam as relações de poder, é exatamente nessa confronto entre as intersubjetividades que se constituem empiricamente as relações culturais. Michel de Certeau afirma que devemos compreender Cultura enquanto prática³, para que não seja unidirecional e artificial, que vá além das falsas harmonias sociais, é necessário ser percebido no choque entre as pluralidades .

REFERENCIAIS TEÓRICO – METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa deparamos-nos com inúmeros referenciais teóricos que expunham determinadas compreensões e metodologias. Destacamos, de maneira geral, a influência do sociólogo Stuart Hall na implicação do estudo sobre o local do sujeito negro na contemporaneidade⁴ e as suas decorrentes intersubjetividades, sempre tendo claro que este trata de uma realidade inglesa. Além disso, evidenciamos o pensamento do filósofo Michel Foucault que nos auxiliou na compreensão da honestidade intelectual ao vislumbrar a possibilidade de determinar uma metodologia que enxergue na documentação alguns elementos que estimulem a empatia com o presente, que não seja compreendida como um elo com o presente, sendo que trata-se de um olhar do historiador do presente sobre aquele passado. Infelizmente o olhar atual sobre os descendentes de africanos ainda permanece similar aos período de circulação de nossa fonte.

Entretanto buscamos evidenciar autores nacionais no lugar de adaptar a nossa realidade a um estudo estrangeiro. Este esforço foi possibilitado pelo grande fôlego que a

³ CERTEAU, Michel de. A Cultura no Plural. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995. p.233.

⁴ Segundo Andreilino Campos o termo negro, apesar de seu uso corrente, é recente. Foi utilizado pela primeira vez em sentido politizado, na segunda década do século XX, para distinguir do que até então era o de uso corrente- homem de cor. CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

historiografia nacional na crítica sobre o posicionamento subalterno e passiva do descendente de africanos nas décadas 1980 e 1990. Destaco os nomes de Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Nicolau Sevcenko e Celia Azevedo.

Em *Campos da Violência*(1988)⁵ a historiadora Silvia Lara contrapõe toda uma mote historiográfico que identificava o escravizado no processo histórico da Escravidão como ser passivo ou como escravo-coisa. O livro trata das relações entre escravizados e senhores em Campos dos Goitacases na virada dos séculos XVIII e XIX, reinterpretando o ponto comum historiográfico da violência senhorial e a passividade do infantilizado escravizado. A crítica baseia-se exatamente na premissa que no período colonial brasileiro as relações davam-se a partir da característica paternalista e seu decorrente uso da violência. Os indivíduos conflitavam por expor sua presença, os pequenos e grandes movimentos dos escravizados não se tratavam simplesmente de reação, mas da imposição de suas subjetividades naquele ambiente, de expor sua humanidade. Esta leitura nos é essencial neste estudo porque nos atenta ao tomar cuidado com a percepção, as vezes simplista, da violência estrutural e policial como mera extensão da truculência colonial, mas como práticas de resistências políticas. Num contexto onde há um disparidade entre a possibilidade de inserção política e social do negro versus a imagem social negativa do descendente do africano atrelado ao pensamento colonial, os agentes de repressão(mídia, polícia, governo) contrastam com movimentos de reafirmação, não somente de reação, da herança africana.

Sidney Chalhoub em seu *Cidade Febril* (1996)⁶ transcorre sobre aparato legislativo e o processo de higienização do espaço urbano realizado na cidade do Rio de Janeiro de 1870-1930, passando pela truculência do desmantelamento dos cortiços, morros e favelas, da relação entre pobreza e doenças como febre amarela e varíola feita elite carioca, assim como a obrigatoriedade, de origem eugênica, da vacinação. O estudo de Chalhoub auxilia-nos ao expor que a violência para com aqueles indivíduos e lugares, devido a formação histórica daquelas áreas de risco, possuía raízes em discriminações sociais e raciais. A violência pode expor-se não somente de maneira física, mas de maneira a cercear o espaço, impedir a circulação, a restringir indivíduos a determinados localidades e posições.

⁵ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril, cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Nicolau Sevcenko em *Revolta da Vacina(1984)*⁷ explora a revolta do final de 1904 na então capital federal, a qual deu-se em reação ao aval governamental para a vacinação em massa de todos os indivíduos de todas as idades de áreas como morros, favelas e cortiços contra a epidemia de varíola, no qual usou-se de muita truculência. A violência dos agentes do Estado trazia consigo não somente a preocupação com a saúde dos habitantes, mas era restrito a determinados localidades por caracterizar o repúdio da elite carioca por estes locais e habitantes. Em nosso estudo, o que denominamos sutileza é uma forma clara de expor a extensão que o Racismo pode alcançar para além embate físico .

Em *Onda Negra Medo Branco(1987)*⁸ Célia Azevedo aponta como a imprensa, tendo visto a onda de insurreições de grupos de ascendência africana por todo o Império, tomou para si a fala dos abolicionistas sobre a insustentabilidade da instituição escravocrata e o perigo do alcance da organização negra. A mensagem souu tão alto e clara que o próprio Estado proclamou a abolição antes que os negros a fizesse por meio de uma transformação mais radical. A abolição foi fruto da pressão e luta de cativos, libertos e abolicionistas e não de um Estado benevolente. O livro de Azevedo nos ajuda a compreender que a relação entre o “problema” da raça e Imprensa já vem de longo data.

O IMBRÓGLIO RACIAL NO BRASIL

Até os dias atuais deparamo-nos com situações e notícias que corroboram esta afirmação, mas o que nos intriga, passado mais de 130 anos da abolição, é como o trato com os descendentes dos africanos ainda conserva uma memória colonial. Muito já se falou e continua se falando sobre as questões referentes a raça ou cor nos estudos que pretendem compreender o cotidiano social da realidade brasileira. Desde as primeiras obras de envergadura que trataram da presença negra e indígena no Brasil que remontam a segunda metade do século XIX, tal assunto era tido como um problema. Desde a primeira Constituição da República brasileira, “não há leis explícitas de discriminação com base em 'raça' ou 'cor', ainda que as políticas de imigração revelassem o pensamento racial da

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁸ AZEVEDO, Célia. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites brasileiras no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

época”⁹. A dinâmica das relações raciais no país, sendo a nível social ou a nível institucional, em geral, era taxada como harmoniosas tendo em vista as comuns e recorrentes comparações com países de racismo estrutural ou legal e suas evidentes tensões sociais. Se antes os esforços se davam em demonstrar a necessidade do trabalho servil escravista dos sujeitos de origem africana para a sociedade colonial, a questão do negro¹⁰ no período pós-Abolição e, principalmente pós-Proclamação ficou tangido à sua invisibilidade enquanto cidadão. Constitucionalmente o negro também tinha seus direitos e deveres como todo cidadão, o racismo explícito era de ordem principalmente social/cultural. Notadamente, desenvolveu-se, principalmente por um esforço historiográfico de estudiosos marxistas, uma tradição de história comparativa relativo as experiência da escravidão e do pós-abolição entre Brasil e Estados Unidos. Nos Estados Unidos mesmo após a abolição institucionalizada, até meados das décadas de 1940-1950 do século XX, um racismo de Estado ainda persistia e garantia a discriminação, havia uma separação por força de lei entre negros e brancos, como total aval do Estado. Os exemplos mais comuns voltavam-se para as Leis de Jim Crow, um série de leis locais e estaduais que davam o lastro institucional para uma realidade abertamente racista, as quais vigoraram de 1876 à 1965. Outro exemplar comparativo clássico dava-se com o sistema discriminatório do Apartheid na África do Sul(1948-1994).

Thomas Skidmore nos fornece uma boa visão sobre este período da virada dos séculos XIX para o XIX. O brasilianista elenca alguns pontos relevantes sobre a situação brasileiro deste período: 1) o Brasil, diferente dos Estados Unidos tratava-se de uma sociedade multiracial, isto é, no contraponto das sociedades birraciais onde a separação entre negros e brancos é dada como regra social até com lastro legislativo, o cenário brasileiro era permeado pela relação promíscua entre descendentes de africanos e europeus. Vale que essa miscigenação ocorreu por meio de estupros, relações de compadrio e pela maior possibilidade de mobilização social, motivado pela escassez de habitantes. Ocorreu a necessidade de mão-de-obra especializada e semi-especializada, supridas por sujeitos escravizados que propiciou um grande número de alforrias e facilitou a possibilidade da integração¹¹ no fluxo econômico 2) Skidmore salienta a disparidade numérica entre a fertilidade entre os grupos. Havia muito mais homens escravizados do que mulheres

⁹ FRY, Peter. Política, nacionalidade e o significado de “raça” no Brasil In A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 212.

¹⁰ Nesta dissertação utilizaremos majoritariamente a denominação negro, variando apenas quando for dito pelo autor citado.

¹¹ Foi percebido como elemento, entretetanto sem uma inserção ativa em todos os segmentos produtivos.

escravizadas, ao fim do tráfico a taxa de fertilidade entre os grupos não se estabilizou, mas se inverteu devido ao antigo problema do alto índice de doenças e mortalidade. A baixa fertilidade das mulheres negras pela dificuldade de encontrar parceiros (escravizados também) e os estupro incidu em um processo de branqueamento 3) Enquanto no Estados Unidos a escravidão concentrava-se no sul basicamente, o processo foi disseminado no Brasil. 4) A nutrição da imagem positiva sobre o sujeito e as características brancas e europeias¹².

Skidmore evidencia que a situação escravocrata era tida como tão natural para sociedade colonial brasileira que a simples menção da palavra abolição já trazia pânico, principalmente para grandes fazendeiros e políticos que afirmavam que fazê-lo ocasionaria grande confusão social. O movimento abolicionista apenas encontrou lugar nos discursos intelectuais brasileiros com a inserção do pensamento liberal nas academias brasileiras. A imagem da escravidão como elemento retrógrado que impedia o desenvolvimento civilizacional dos trópicos engrossou o discurso de abolicionistas, entre os quais o mais preeminente deles que foi Joaquim Nabuco, advogado autor de “O Abolicionista” (1883) que se tornou um clássico do movimento. Inevitavelmente, assinada a Lei Áurea, muito temeu-se pelo destino dos ex-escravizados, mas pouco se fez por eles. Acompanhem como Skidmore descreve as cenas seguintes:

“Milhares de escravos deixaram as tontas, as fazendas e mergulharam como grilheiros numa agricultura de subsistência onde quer que pudessem encontrar terras, muito embora muitos ficassem logo ansiosos para juntar-se de novo à massa trabalhadora rural e procurassem seus antigos senhores. Outros muitos migraram para as cidades, que, aliás, despreparadas para receber tamanho influxo de oferta de mão-de-obra não especializada. Alguns como se presumira, incorporaram-se a bandos de marginais urbanos cujos membros (capoeiristas) incrementavam uma forma peculiar de ataque e defesa, aterrorizando as cidades, assoladas por aquelas multidão de cor sem eira nem beira, largadas à sorte numa nova realidade social. Originária da África, a capoeira fazia-os oponentes temíveis para quem quer que não andasse preventivamente armado. *Essa ameaça direta à lei e à ordem confirmou os piores temores de muitos membros da elite, que achavam menos embaraçoso preocupar-se com criminosos urbanos do que com a consequências sociais da abolição.* A atitude do público era influenciada mais pela dramatização do processo abolicionista do que pelo número de escravos alforriados que abandonavam o campo. Em consequência: a força policial foi aumentada, e os

¹² SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976, p.58.

grupos de capoeira tornaram-se alvo de penas repressivas no novo Código Penal de 1890, com inclusive expulsão do país. Tais violências reforçavam a imagem do negro como elemento atrasado e anti-social, dando assim à elite novo incentivo para trabalhar por um Brasil mais branco”¹³

Academicamente, teóricos esforçaram-se num exercício de “futurologia”, criando argumentações destacando a situação e a solução para o problema racial brasileiro. Majoritariamente tratavam-se de teorias deterministas baseadas nas relações diretas entre fenótipo(trações biológicas) e características morais(trações psicológicas) até a exaltação de um darwinismo social. A palavra de ordem tangente ao “problema” da diversidade étnica, no geral, focalizou-se na “teoria do branqueamento”, a qual garantiria a esperança no ascenso da nação à marcha civilizatória. Essa doutrina é considerada genuinamente brasileira, no bojo do racismo científico em voga na Europa (na virada dos séculos XIX/XX), levando em conta a especificidade brasileira. Andreas Hofbauer defende que o ideário do branqueamento não é algo próprio da virada do século, mas que anteriormente, a associação a cor branca a determinados elementos caros às novas sociedades propostas no Iluminismo(liberdade, progresso civilizatório, moralidade) era dada com uma relação direta, tendo seu apogeu durante o período apontado(virada dos séculos)¹⁴. Segundo o autor, esta compreensão só foi totalmente superada na década de 1950, com uma mudança de enfoque: o fator relevante não se centrava mais na contribuição dos negros para a sociedade, mas qual o local legítimo desses indivíduos na sociedade brasileira¹⁵.

Skidmore nos auxilia neste propósito, esquematizando três exemplares do que denomina “escolas racistas” os quais as ideias já se encontravam disseminadas na Europa no período que iniciaram a inserção no Brasil, o que compreendiam o chamado Racismo Científico:

1) Etnológica-biológica (1840-1850): as mutações distintas possibilitou a criação da diferentes espécies humanas (poligenia), baseado no zoólogo suíço Louis Agassiz que defendia que a diferença entre espécies era devido ao local ao qual foi criado- diferenças físicas e mentais-esta corrente teve reforço com o uso da antropologia física por alguns vulgarizadores com intento de afirmar a inferioridade não apenas cultural, mas física dos negros. Ponto central era as diferenças inatas e degenerescência mestiça. Escola de origem estadunidense, a qual migrou para a Europa e de lá para o Brasil;

¹³ Idem, p. 63-64

¹⁴ HOFBAUER, Op.Cit. 27.

¹⁵ Idem, p.27-28.

- 2) Escola histórica: sua característica é que as diferenças são dadas por evidências históricas e são permanentes, utilizando-se de dados etnográficos e anatomistas- o branco está no topo, pois raça é o fator determinante na história humana(Gobineau e os teóricos do arianismo e da “raça” anglo-saxão);
- 3) Darwinismo-social: existe apenas uma espécie, no sentido etno-biológico, acontece então a competição para averiguar quem são os mais aptos. Evidentemente os brancos estavam ganhando este conflito, sendo que os demais estavam fadados a desaparecer.

Podemos destacar um fenômeno da época advindo dessa racionalização da questão racial: a eugenia. Vera Marques afirma que se trata de uma tentativa biologicista, encarada principalmente por médicos, tendo como inspiração teóricos europeus, que almejavam a produzir, podemos dizer até fabricar, um raça nova, superior, melhorada que traçasse para a nação um caminho civilizatório, uma autêntica raça brasileira¹⁶. Marques ressalta que

“a eugenia modelando os corpos físicos e remodelando o corpo social pelo ‘revigoramento’ orgânico e pela ‘construção’ da consciência do cidadão, estabeleceria os lugares dos homens na sociedade, comandado-lhes, porém com a possibilidade de outra posições assim que atingissem o branqueamento, a disciplina e a normalização”¹⁷

A eugenia vinha no bojo do fôlego cientificista que a discussão promoveu. Se foi possível cientificamente delinea-lo, seria possível, também, cientificamente solucioná-lo. Este raciocínio fazia jus à inserção do pensamento de Augusto Comte de organização social racional, assimilado por liberais que ocupavam importantes locais nas academias e no Estado republicano brasileiro. De maneira geral, a questão racial brasileira fez uso da teoria eugenista, sendo marcadamente o aspecto do branqueamento, como solução para o problema racial brasileiro, o elemento, o qual mais causava agitação.

Tratemos brevemente de alguns teóricos brasileiros que se debruçaram sobre o tema na última década do século XIX e nas primeiras do século XX. Silvio Romero³⁸ fora advogado e reconhecido crítico literário, declarava-se darwinista social, compreendia que a miscigenação era um fato que não deveria ser lamentado, mas estudado, apontou-se como referencial da chamada Escola de Recife, grupo de intelectuais pernambucanos que, ao ter

¹⁶ MARQUES, Vera R. B. Raça e Nação de Identidade Nacional In BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria Stella; SEIXAS, Jacy; Razão e paixão na política. Brasília: Editora EDU-UNB, 2002.

¹⁷ Idem.

contato com a teoria darwiniana compreendiam o processo de branqueamento como processo de adaptação da “civilização brasileira”. Nina Rodrigues³⁹ foi um proeminente médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, empenhou-se em estudar sistematicamente a influência africana na formação do “povo” brasileiro, apoiava-se em recentes estudos de antropologia física, além de escritos como de Gobineau sobre a impossibilidade dos negros. Deixava claro o seu entendimento do negro como problema indissolúvel, pois se mesmo que o fosse possível chegar ao mesmo estágio que os brancos europeus estivessem naquele momento, a civilização europeia se desenvolvia rápido demais. Declara ter “simpatia pelo negro” e que devido a natural possibilidade de regressão ao estado selvagem, negros e mulatos ter seus julgamentos atenuados.

Cabe citar Manuel Bonfim e Alberto Torres, dois teóricos que já no início do século XX despontavam como agentes que ridicularizavam o aporte científico dado a teoria racialista, evidenciando, ambos, que a inferioridade dos sujeitos descendentes de africanos dava-se por questões sócio-culturais de um passado próximo de coloniedade. A questão da herança africana mobilizou inúmeros intelectuais dentre os quais Oliveira Vianna e Paulo Prado, os quais a apontavam como uma mácula no caminho civilizacional do povo brasileiro, reforçando o ideal de branqueamento, e Roquette Pinto e Gilberto Freyre, os quais a consideravam benéfica, sendo que este último foi apropriado, tendo sido atribuído a ele(pelo governo) a teoria que permeou e ainda permeia as relações raciais brasileiras: a democracia racial.

Outro aspecto essencial para o entendimento da literatura sobre questões raciais no Brasil é a disseminação do conceito de “democracia racial”. Tanto academicamente quanto a nível militante, a “democracia racial” está intimamente relacionado as reflexões sobre preconceito, harmonia e democracia. O esforço para a compreensão das relações raciais no Brasil perpassa o entendimento sobre as rupturas e continuidades de nosso passado colonial escravista, onde é possível circundar terrenos que originaram ou solidificaram determinados preconceitos. A “democracia racial” é localizada num hall de estudos que perpassam a reflexão de inúmeros autores. Na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, uma série de intelectuais empenharam-se a discutir a questão da integração dos elementos negros e indígenas na então jovem sociedade da república brasileira.

A partir da década de 1930, o foco das análises relativos a questão racial começou a transladar do aspecto biológico e direcionar-se ao aspecto sócio-cultural, devido em parte por mudanças de paradigmas nas ciências sociais americana e europeia, notadamente as

teorias antropológicas de Claude Lévi-Strauss e Franz Boas. Foi nesse período de ditadura estado-novista que a ideologia trabalhista encontrou nos apontamentos de Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” um par ideal.

Se no século XIX o governo brasileiro esforçava-se para nutrir uma imagem de país harmônico, sem tensões étnicas, foi com Freyre que tal aspecto encontrou sua função mais utilitária. Foi em sua célebre obra onde se bebeu os argumentos para a cunhagem da expressão “harmonia étnica e social”, adaptada posteriormente por Roger Bastide como “democracia racial”, a qual surge em decorrência de sua militância contra o integralismo, movimento ultranacionalista, tendo como influência o fascismo italiano, representado por conservadores que lhe faziam oposição na própria Recife, onde residia. O período contava com o entre guerras e a ascensão do autoritarismo/fascismo na Europa. Durante seus estudos nos Estados Unidos, o termo ‘democracia’ recebeu acentuada relevância. Inicialmente, o seu uso de ‘democracia’ se opunha a ordem aristocrática consubstanciada na estrutura social (leia-se traços coloniais) nordestina, entretanto, em resposta a grupos integralistas que fizeram rechaço na capital pernambucana, utilizou o termo em contraposição ao ‘fascismo’.¹⁸ A conveniência do termo fora logo trasladada em “democracia racial” por ser um opção cara a tentativa de assimilação efetiva de afrobrasileiros através do mercado de trabalho, além de garantir ao mundo, atordoado pela campanha racista do regime nazista, uma imagem de sociedade harmônica baseada na mestiçagem, calcada profundamente na democracia. Roberto Da Matta enfatiza que o conceito deu aporte científico a uma ideia presente na sociedade, dando-lhe um caráter aparentemente positivo, mas que eclipsava numa fábula o aspecto cruel do racismo. De maneira mais direta, em suas próprias palavras:

“O que parece ter ocorrido no caso brasileiro foi uma junção ideológica básica entre um sistema hierarquizado real, concreto e historicamente dado e a sua legitimação ideológica num plano muito profundo (...)Creio que ela veio na forma da fábula das três raças e no “racismo a brasileira” uma ideologia que permite conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade, sem que se crie um plano para sua transformação profunda”¹⁹

¹⁸ Idem, p. 143.

¹⁹ DA MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira In Relativizando: uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.63-68.

A partir do fim da década de 1940, início de 1950, há um grande interesse da UNESCO, dos meios acadêmicos brasileiros e norte-americanos, sobre a questão racial no Brasil. Criou-se uma ideia do país como um grande laboratório racial já que, convencionou-se dizer, havia uma harmonia racial no país. Fica evidente a extensão da influência da obra de Freyre fora do país, pois sua esquematização da sociedade brasileira foi mote para fomentar um projeto deste porte. Foram a partir desses estudos que a questão da mestiçagem e do que se chama hoje de colorismo foi, de fato, problematizado. O objetivo era identificar o motivo pelo qual o país não se desenvolvia apesar de seu potencial, partindo dos elementos raciais para os sociais. Anteriormente muitos identificaram a origem em características da população autóctone, na portuguesa colonial e na africana em questões de qualidades ou defeitos inerentes a essas determinadas raças, mas neste estudos o foco dava-se na inserção dessa sociedade brasileira no percurso econômico-social do Capitalismo, em termos de raça e classe.

Na década de 1950 já era possível visualizar teóricos que contestavam o conceito de “democracia racial”. A Escola de Sociologia Paulista, principalmente seu mais proeminente teórico, Florestan Fernandes, caracterizavam-na como mito, uma artimanha de determinadas elites de mascarar a discriminação e perpetuar uma realidade de exclusão do povo negro. Segundo o sociólogo, o mito disseminou-se pelo imaginário da população, sendo fortemente reivindicado para justificar a passividade do Estado e de indivíduos frente a situações de clara discriminação. Fernandes enfatizava que no Brasil há “o preconceito de não ter preconceito”, isto é

“O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem sofre) e degradante (pra quem o pratique). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do ethos católico, e o fato dela se manifestar em com maior intensidade no presente se prende a desagregação da ordem tradicionalista, vinculada à escravidão e à dominação senhorial”²⁰

Florestan indica que as relações raciais trabalham na sociedade ao nível das aparências: é necessário parecer que não tem preconceito, algo muito comum até os dias atuais onde é comum a recusa a colocar a questão do Racismo em discussão ou apontar

²⁰ FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2006.

determinadas ações ou situações como racistas. Vale a regra no qual o não dito torna-se mais claro que o dito, mas é essencial que não se diga.

Na mesma conjuntura, os próprios movimentos negros, na década de 1930/1940, utilizaram-se da premissa da “democracia racial”, enfatizando uma clara característica assimilacionista²¹. Entretanto, já ao final da década e nos idos de 1950, iniciou-se um forte embate dos movimentos frente a apontada falácia da harmonia racial brasileira. Militantes expoentes como Abdias do Nascimento do Teatro Experimental do Negro(T.E.N) enfatizava o conceito como engodo que teria como principal função impossibilitar a tomada de consciência do negro brasileiro²². Com o regime ditatorial houve um refluxo da luta organizada negra, tendo seus esforços se voltado para o embate a repressão. Efetivamente, apenas a partir de 1978 com a formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, já no período de abertura política que se reintensificou o esforço de desmascarar a “democracia racial” como medida conservadora estatal promulgada pelas elites que impedia a organização dos negros. Além disso, pautou-se o rechaço a política exterior que explorava a imagem de “paraíso racial” e garantia a impunidade da discriminação. Nas décadas seguintes visualizou-se a proliferação de organismos de movimentos negros, sendo o mais emblemático a criação da Fundação Palmares, em 1988, integrado ao Ministério da Cultura. A inserção de um grupo que criticava ferozmente o mito de “democracia racial” a um órgão governamental representou, ao menos em nível simbólico, o início de uma abertura ao debate racial dentro do Estado. Dentro desses grupos as tendências marxistas possuíam muito força, mesmo após o período assimilacionista, a questão do entendimento do afro-brasileiro como um agente que deveria almejar se integrar a nível mental a massa proletária em conjunto ao reconhecimento das especificidades raciais ainda era muito forte. Para Kossling, dentro dos grupos negros de mobilização a ligação com o marxismo

“não era uma posição unânime, pois a divergência política-partidária fora uma constante entre os diversos movimentos e mesmo dentro das entidades, por exemplo, o MNU. Mas para as estruturas repressivas todos os movimentos eram caracterizados como ‘subversivos’ e, muitas vezes, taxadas de ‘comunistas’ independentemente de suas diferentes ideias e estratégias de ação”²³

²¹ HANCHARD, Michael George. Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.124.

²² GUIMARÃES, p.154.

²³ KOSSLING, Op.cit.30.

O período que compreende a década seguinte ao golpe foi de uma militância negra quase cessada ou semiclandestina, como aponta Lélia Gonzalez²⁴, situação modificada apenas ao final da década de 1970 com a ascensão das lutas de movimento populares, sindicais e estudantis. Em 1978 a fundação do (MNU) inspirou-se nas agitações em favor dos direitos civis nos Estados Unidos, seguindo determinados pensamentos ora na linha de pensamento de Martin Luther King ora de Malcom X (dois líderes com propostas combativas divergentes), além de grupos como os marxista-leninistas Panteras Negras e os de libertação de países africanos. O MNU sofreu influência do grupo marxista-trotskista Convergência Socialista, os quais defendiam a ideia que a luta anti-racista deveria ser atrelada a anticapitalista, portanto o movimento deveria ser revolucionário

Determinados discursos sobre os negros refletem uma configuração mental hegemônica devido a um contexto calcado no conceito de “democracia racial”. Fernandes, Hanchard e Munanga encaram-no como mito sendo um dispositivo “que age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece [ndo] à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”²⁵. Outros autores como os antropólogos Peter Fry e Lilia Schwarcz preferem entendê-lo como um projeto, “em vez de declarar a 'democracia racial' uma farsa[...]seria mais interessante pensá-la como um ideal a ser alcançado”²⁶. De qualquer forma, sendo mito ou ideal, tratou-se de um projeto político engendrado no discurso oficial, agindo em dois níveis: mentalidade social, mexendo com o cotidiano e os sentimentos de uma sociedade; e a nível institucional garantindo uma imagem externa de um paraíso harmonioso, reprimindo qualquer conflito organizado que se pretende-se de cunho étnico-racial, garantindo o equilíbrio social. Hanchard destaca que mesmo nos idos do processo de abertura política, os afro-brasileiros que se engajaram nas atividades de afirmação racial sofreram explicitamente censura, em termos formais ou informais, por determinadas elites que os acusavam de afrontar a aspecto harmônico do caráter nacional²⁷. Pierre Ansart, em seu livro *Ideologias, conflitos e poder* evidencia que o “poder” (expressamente o político) pode utilizar de vários mecanismos discursivos para garantir o seu domínio ideológico. Ansart esquematiza três formatos: a “ortodoxia apoiada” no qual se bombardeia e difunde a própria mensagem até a sua aceitação, de maneira que se infiltre

²⁴ GONZALEZ, Lélia. A retomada política-ideológica In GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos (orgs.) *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro, Editora Marcozero, 1982, p. 30.

²⁵ MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado In SCHWARCZ, Lilia e QUEIROZ, Renato. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.p.215.

²⁶FRY, p.33.

²⁷ HANCHARD, p. 77.

na sociedade de forma espontânea; a “ortodoxia consentida” na qual se cria mecanismos sistemáticos de manipulação e controle sobre a opinião pública; e a “ortodoxia terrorista” a qual evoca mitos para garantir a obediência civil às instituições. A “ortodoxia terrorista” se adequa a nossa pesquisa, pois se cria um ambiente de falso consenso (tolerância) baseada em mitos tais quais da invasão comunista ou a “democracia racial”. É a partir deste dispositivo que os indivíduos passam de receptores e tornam-se entusiastas das mensagens proferidas pelos que se encontram no poder. É neste estágio que a violência simbólica enunciada pelo discurso hegemônico tem aval para materializar-se e tornar-se violência física²⁸. Em nosso caso é neste ponto que o racismo destituído de qualquer infração, baseado em esteriótipos, poderia avançar para a repressão física.

Karin Kosling afirma que “desde a década de 1930, em geral, ocorreu uma atuação repressiva às associações afro-descendentes, sustentada por uma visão policial que classificava essas associações como 'introdutoras' da questão racial no Brasil e, por consequência, geradora de conflitos que poderiam destabilizar a “democracia racial brasileira”²⁹. Neste momento, o aparato policial federal já se encontrava mobilizado para evitar qualquer movimentação que ameaçasse a ordem vigente. A democracia racial, seja entendida num caráter teleológico ou enquanto mito existente apenas para invisibilizar o Racismo, foi um projeto convenientemente aderido pelo discurso estatal, e reintensificado durante o período do regime militar. Kosling atenta que na própria Lei de Segurança Nacional de 29/09/1969, a questão racial já fazia parte do aporte passível de criminalização³⁰. Pádua Fernandes enfatiza que na

“Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial [da Organização das Nações Unidas], que foi ratificada em 1969, [foi assinado pelo governo n]um esforço para promover a *imagem do Brasil como “democracia racial”*. No entanto, o governo teve o cuidado de não fazer a declaração facultativa do artigo 14 da Convenção, que reconhece a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos

²⁸ ANSART, Pierre. Ideologia, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978. Disponível em: http://www.academia.edu/11231758/Pierre_Ansart_e_o_lugar_das_paix%C3%B5es_pol%C3%ADticas.

²⁹ KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP(1964- 1983). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLH/USP, 2007.p.9.

³⁰ Idem,p.22.

³⁰FERNANDES, Pádua. Migração na ditadura militar brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina de segurança nacional. Anais do Segundo Congreso de la Sociedad Latinoamericana para el Derecho Internacional. Rio de Janeiro, 23 a 25 de agosto 2012.

direitos humanos cobertos na Convenção. Dessa forma, buscava-se eliminar a possibilidade de postular internacionalmente contra o racismo no Brasil” [grifo meu]³¹

O indivíduo afro-brasileiro encontra-se, no período estudado, numa dupla posição de estigmatização: a primeira refere-se ao fato do local que o colocaram na “ordem” socio-histórica (grupo socialmente oprimido) e a segunda a sua possível subversividade(marginalidade). Atualmente, são recorrentes as notícias que forças policiais que acidentalmente dão voz de prisão ou assassinam sujeitos afro-brasileiros, o que nos faz pensar que é provável que esta lógica de interligar o fenótipo a um esteriótipo de subversividade é mais presente do que nunca.

Apesar da contribuição que os Estudos Culturais podem propiciar ao ERR, enfatizamos que nosso foco dá-se na permuta entre o racial e o cultural, estando o segundo em dependência do primeiro. A questão racial tornou-se estrutural para a sociedade desde o período de escravização, sendo seu peso similar entre países de processos semelhantes como EUA, tendo em vista a vasta gama de pesquisas comparativas sobre o período escravista dos dois países. Thomas Skidmore, Michael George Hanchard, Antônio Sérgio Guimarães Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Sevcenko e Célia Azevedo nos auxiliarão no capítulo 1, no qual traçaremos algumas linhas gerais frisando na extensão do Racismo Estrutural em nossa documentação. No capítulo 2, David Mello Neto, Mariana Dias Antônio e Susel de Oliveira nos serão útil para descortinar o desenvolvimento dos chamados Esquadrão da Morte (EM), enfatizando a ligação deste com a prática de racismo policial, própria do RE. Para tal, teremos a ajuda de Andreilino Campos e Sevcenko para expor a relação entre a formação de favelas com a marginalização de descendentes de africanos e algumas razões para serem os alvos de violência policial. Por fim, no capítulo 3 a partir da contribuição de Tânia de Luca para uma análise e das reportagens escolhidas, enfatizando o as imagens.

CAPÍTULO 1. RACISMO ESTRUTURAL NA REVISTA *FATOS E FOTOS*

O objetivo deste capítulo é tornar mais nítida a ligação entre o racismo estrutural e o impacto deste sobre o confinamento discursivo sobre negro no que tange a pobreza, a marginalidade e negação da discussão sobre raça presente na documentação. Serão expostas algumas linhas gerais sobre as conceituações que exploraremos durante esta dissertação tais como a historicidade da questão de raça e cor no Brasil e as situações onde o racismo estrutural age, ora de maneira sutil ora de forma explícita.

Partimos da compreensão de que Racismo estrutural é a naturalização de ações, compreensões, costumes, esteriótipos, estigmas relativos a determinados indivíduos, em nosso caso os sujeitos negros. Assim sendo, o primeiro ponto a ser levado em conta quando se faz um estudo aprofundado da questão racial é ser cuidadoso com o limite entre a perspectiva culturalista, entre etnia e raça: no afã de encaixar perfeitamente a nossa sociedade multicultural aos estudos culturalistas britânicos ou franceses acabamos por cair em afirmações de raso fundamento empírico. De maneira mais clara, quando tratamos de preconceito contra o sujeito de herança africana, o pontual não é sua ascendência étnica (pertencente a determinado grupo étnico africano)³², mas é a materialização física desse legado. A interpretação seus traços fenotípicos carregam por si só um conjunto de pressupostos sócio-históricos, quando levados para o interior de uma sociedade racista.

Stuart Hall afirma que utilizamos os termos etnia para nos referirmos a características culturais, língua, religião, costumes, tradição, sentimentos de lugar, que são partilhados por um povo³³, nas sociedades contemporâneas, utilizar tal conceito tratará de um equívoco, pois somos híbridos culturais(Ocidente). Atualmente é plausível a ideia de movimento diaspórico das populações que sofreram com o êxodo advindo do colonialismo. No caso brasileiro, raça é uma categoria utilizada numa perspectiva sociológica, encarando-a como um constructo político-cultural com intuito de convergir sujeitos que possuem alguma forma de ligação baseada na comum exclusão³⁴. Hall denomina de

³² Até mesmo porque no processo de escravização dos sujeitos africanos utilizou-se o método de ruptura forçada de seus laços tradicionais com a comunidade nativa proibindo-lhes o uso da língua, religião, cantos, costumes em geral, de maneira a facilitar a assimilação de novos costumes que os escravizadores julgavam como necessário para sua nova situação.

³³ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural no Pós-modernidade*. 10^o ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. p. 62.

³⁴ Não sabemos se nossos antepassados vieram da mesma região africana, se falam o mesmo dialeto, possuíam religião ou tradições semelhantes, o que nos liga é o fato de nos reconhecermos fenotípicamente tendo em vista que é este o aspecto mais evidente que promove nossa exclusão social. Nos unimos pela comum exclusão.

política de identidade³⁵ a esta identificação, gesto que ganhou força com os novos movimentos sociais da década de 1960. A identidade é compreendida como luta, o privado é reivindicado como público, ocorre o apelo a união através da cultura já que o político mostrou-se ineficaz para garantir a igualdade de direitos. Age nesta questão também a criação e reprodução de estereótipos e estigmas são elementos fundamentais na prática voluntária ou involuntária do Racismo. Entendemos que estigma

“é a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena(...)O termo estigma [é] usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.”³⁶

1.1. UMA IMAGEM PODE SER SUTIL?

A revista FeF era um periódico conhecido pela qualidade de suas imagens impressas em cores vivas, com grande quantidade de cores e tonalidades. As imagens muito mais que meras ilustrações das redações jornalísticas, tratavam-se, por si só, de um posicionamento discursivo, ou de modo mais claro, de uma seleção como propósito de levar aos leitores a uma visualidade da situação registrada a partir do ponto de vista do fotógrafo. Entretanto esta captação tem várias variáveis, tais como: pretensão do autor (qual mensagem quer passar), momento da captação, local de acesso, qualidade da impressão, seu posicionamento na página, dentre outros. Em seu conhecido artigo sobre a questão da importância do estudo da imagem, Ulpino Meneses adverte que mesmo numa honesta tentativa de reconhecer a imagem como documento, ainda é frequente na historiografia quem abuse da pretensão ilustrativa do visual:

“Exemplo altamente sintomático da persistência dessa inclinação para usos ilustrativos da imagem são estudos de altíssima qualidade e ornados de farta e bela documentação visual, às vezes até em grande parte inédita, e que dizem respeito à história do cotidiano, da vida doméstica, das relações de gênero, das crianças, etc. As imagens, contudo, não

³⁵ HALL, p. 45.

³⁶ GOFFMAN, E. Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.Op.cit. 7-13.

têm relação documental com o texto, no qual nada de essencial deriva da análise dessas fontes visuais; ao contrário, muitas vezes algumas delas poderiam mesmo contestar o que vem dito e escrito ou, ao menos, obrigar a certas recalibrações”³⁷

Segundo Meneses, muitos historiadores já admitem a imagem não como mero elemento de ilustração mas um documento por si só, esta visão já data da década de 1960. Peter Burke destaca que a historiografia já contava com muitos estudiosos que se declinavam sobre o elemento visual desde o século XIX como Jacob Burckhardt, Johan Huizinga e Aby Warburg e Gilberto Freyre. Mas na segunda metade do século XX tanto Meneses quanto Burke identificam uma concretização da importância da imagem enquanto documento/índice para o trabalho do historiador, tendo em vista autores como Jacques Le Goff, Georges Duby, Jean Delumeau e Philippe Ariès ligados a chamada Nova História Cultural ou a História Social, mesmo que de maneira tímida³⁸. De lá pra cá, o visual se caracterizou por uma crescente preocupação historiográfica sobre seus aspectos teóricos-metodológicos. De maneira geral, o maior equívoco metodológico ainda decorre da dissociação da imagem do que lhe faz companhia: seu autor, a sua proposta e texto que o acompanha (dissociar da interpretação de quem está vendo) .³⁹ A visualidade é um conjunto de leituras do produtor e de quem visualiza. Para uma compreensão histórica da imagem, devemos enxergá-la como um *enunciado*, assim:

“A primeira decorrência desta postura é que trabalhar historicamente com imagens obriga, por óbvio, a percorrer o ciclo completo de sua produção, circulação e consumo, a que agora cumpre acrescentar a ação. As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas — já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas — com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se poder limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por diante. É necessário tomar a imagem como um enunciado, que só se apreende na fala, em situação.”⁴⁰

A fotografia ganhou um lugar de destaque nestes estudos sobre imagem:

³⁷MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In. Revista Brasileira de História. V.23, nº 45. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, 2003. Op. Cit. 21.

³⁸BURKE, Peter. Testemunha Ocular. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: Educs, 2004, 13-15 e MENESES, P. 20.

³⁹ MENESES, p.19 e 20.

⁴⁰ Idem. p.28.

“As iniciativas em torno da história da fotografia e da imagem fotográfica são consistentes, aqui e em outras plagas. É o campo que melhor absorveu a problemática teórico-conceitual da imagem e a desenvolveu intensamente, por conta própria. É também o campo que mais tem demonstrado sensibilidade para a dimensão social e histórica dos problemas introduzidos pela fotografia, multiplicando-se os enfoques: ideologia, mentalidades, tecnologia, comercialização, difusão, variáveis políticas, instituição do observador, standardização das aparências e modelos de apreensão visual, quadros do cotidiano, marginalização social, etc., etc.”⁴¹

A fotografia trata-se de uma interpretação de quem a produziu, tendo esta que responder a demanda do público-alvo do produtor. Em nossa caso, algumas imagens fotográficas presentes na revista FeF expõem sutilezas que, tendo em vista a nossa leitura, podemos identificar elementos que compõem a noção social, a qual apontamos ser a mais arraigada no senso comum no Brasil, sobre o sujeito negro. Destacamos uma campanha publicitária que contrasta duas realidades distintas:

⁴¹ Idem, p. 21.

**Compre panelas Rochedo.
Um dia suas netas vão lhe agradecer.**

Houve um tempo - e você talvez nem fosse nascida - em que as coisas eram feitas para durar a vida toda. E atravessar gerações, de mãe para filha.

Não havia nada do atual: use um ano e troque por outro.

A Rochedo continua fazendo panelas exatamente como naquele tempo. Para você comprar hoje e usar a vida toda. São as panelas mais resistentes que existem.

Por isso, o desenho das panelas Rochedo é o mais avançado. Elas são desenhadas para nunca ficarem ultrapassadas.

Para serem as mais bonitas hoje. Nas suas mãos. E amanhã, nas mãos de suas netas.

Rochedo
ALCAN ALLUMINIO DO BRASIL S.A.

Figura 01. Campanha publicitária: panelas da ROCHEDO alumínios do Brasil. Fatos e Fotos, 13/10/1972

... e ainda se usa
panelas como antigamente.

A Rochedo sabe que ainda existem cozinheiras
que usam panelas antigas.
Que sabem de vez aquelas receitas do acervo da vovozinha
Mas não gostam mais delas. Quer colorem a alva em cada comida
que fazem.
Então herdaram a coisa encanecida, a Rochedo continua
fazendo panelas como antigamente. As mais fortes
que existem no mercado.
Para durar a vida toda, como uma boa receita.
Mas numa coisa, a Rochedo é absolutamente nova.
No desenho das suas panelas.
Cada conjunto Rochedo tem as linhas mais
modernas que você pode imaginar.
E não é um desenho moderno hoje, mas que sai
de moda amanhã.
É um desenho que continua bonito, enquanto
dura a panela.
Toda a vida.

Rochedo
ALUMÍNIO DO BRASIL

Figura 02. Campanha publicitária: panelas da ROCHEDO alumínios do Brasil. Fatos e Fotos, 06/10/1972,

p.75.

A figura 01 é uma publicidade de folha inteira, foram utilizados cores quentes do rosa ao vermelho demonstrando um ambiente alegre, texto acima e a esquerda da modelo encontramos podemos visualizar uma mulher branca e jovem, levemente maquiada, vestida com

roupas que aparentam ser de boa qualidade, unhas feitas, esboçando uma sutil alegria. A mensagem acima de sua cabeça afirma “Compre panelas Rochedo, um dia suas netas vão lhe agradecer”. Na figura 02 também é um publicidade, na campanha da mesma empresa na semana anterior, texto acima a direita, cores frias do azul ao cinza aparece uma mulher negra, aparentando uns 50 anos, um grande sorriso e trajando um avental, as panelas a sua frente foram claramente utilizadas recentemente pois há vapor saindo delas. No Brasil, a figura da empregada doméstica está intimamente ligada a imagem da mulher negra, as imagens acima são um retrato dessa sutileza explícita, a qual baseia-se em esteriótipos. Podemos observar na literatura e nas novelas brasileiras estes estigmas sobre a mulher negra, as quais remontam a figura da escrava doméstica. Podemos afirmar que o objetivo da figura 01 é expor que o design da panela nunca será ultrapassado, combinando com o bom gosto da patroa e continuando sendo elegante mesmo quando pertencerem as suas netas. Na figura 02, podemos fazer um leitura de que as panelas Rochedo são resistentes, ótimas para a culinária, sendo a melhor opção para quem aparenta ter alegria em praticá-la. Para concluirmos este raciocínio, observemos mais estas imagens:

AS EMPREGADAS TERÃO CARTEIRA ASSINADA

Lei trabalhista

O Congresso, até o final do ano deverá aprovar o projeto do governo, que regulamenta a profissão de doméstica. Em consequência, cerca de três milhões de empregadas serão beneficiadas passando a receber salário mínimo e gozando dos benefícios de Previdência Social.

Texto de LUIS VERGNIAUD e DERMÍ AZEVEDO — Fotos de RICARDO BARROSO e JOSÉ BOSCO

“Salário? Nunca foi problema”



COZINHEIRAS, babás, arrumadeiras, copeiras, governantas e lavadeiras terão, possivelmente a partir de janeiro próximo, os mesmos direitos trabalhistas de outras categorias profissionais. A maioria delas acha que, com a nova lei, deixarão de ser agregadas para tornarem-se verdadeiras profissionais. Mas existem muitas com medo de perder o emprego e ganhar menos: preferem “deixar tudo como está”.

“Eu li na *Luta* que as empregadas iam ter carteira assinada e pensei cá comigo: ainda bem que o governo não pensa só nesse tal de produto bruto. A gente também faz o Brasil crescer.” Maria Teresa das Dores, babá em Copacabana, que estuda à noite para fazer exames no Artigo 91, quer a nova lei porque prefere exigir, em vez de “ficar pedindo a vida toda”.

POUCAS SABEM O QUE TERÃO

Já Sônia Regina Oliveira, empregada há 17 anos, não acredita que o registro profissional vá mudar muita coisa. A maioria das domésticas não ganha nem o salário-mínimo, e se elas forem descontadas em 8%, ganharão ainda menos. Ela quer que o desconto não seja obrigatório, “para que cada uma possa fazer as suas economias como bem entender.

Em São Paulo, Beatriz Armando, líder da Associação de Empregadas Domésticas, o sindicato de babás, cozinheiras, copeiras e arrumadeiras, se diz muito contente com a notícia, mas faz uma ressalva:

— Precisamos saber quais serão as novas obrigações para nós e para as patroas. Parece que as empregadas vão contribuir com 8% sobre o valor do salário-mínimo. As patroas parece que vão também fazer a mesma coisa. Acontece que a maioria da classe não ganha salário-mínimo. Por isso, se a situação continuar como está, vamos acabar tendo que descontar sobre um salário que não ganhamos. Isto é errado. Olha, eu acho que vai

Sônia Regina prefere depositar na caderneta de poupança, em vez de ser descontada em seu salário.

60

Figura 03. Lei Trabalhista vai até a cozinha. Reportagem: Luís Vergniaud e Dermí Azevedo/Foto:Ricardo Barroso e José Bosco. Fatos e Fotos,04/11/1972, p.60.

POSENTADORIA E FÉRIAS. É O QUE ELAS CHAMAM DE SUA LEI ÁUREA ela vai até a cozinha



Beatrix Armando (esquerda) quer a unificação salarial. A patroa Maria Catarina (direita) acha certo descontar casa e comida.



ser um pouco duro os patrões aceitarem isto, e se a gente tiver que dar 16% pro INPS para poder ter garantia, aí então o negócio vai ficar mais feio ainda.

Se algumas empregadas domésticas estão a par do projeto, a maioria no entanto só sabe vagamente de sua existência. Poucas são contra, mas, de todas as que estão a favor, apenas uma minoria está em condições de exigir imediatamente os seus direitos. Ainda é grande o desconhecimento das domésticas a respeito da legislação trabalhista, já que a maioria delas veio do interior.

No lado das patroas, as restrições surgem na medida em que, morando em seu próprio emprego, a doméstica tem uma situação especial. Por isso, com a aprovação da lei é provável que surjam problemas, especialmente no que se refere à alimentação e moradia.

Donas-de-casa como a carioca Maria Catarina de Carvalho, estão dispostas a descontar do salário a comida e o alojamento, embora reconhecendo que a nova lei vai "tirar da marginalidade profissional milhões de mulheres que trabalham nas principais cidades brasileiras."

CARTEIRA MOSTRA OS ANTECEDENTES

— A obrigatoriedade de carteira assinada é um bom meio para controlar os antecedentes da interessada no emprego. Vai ser possível examinar o passado da pessoa, que não poderá falsificar informantes. Isso dará mais garantia para a gente, mas eu ainda não sei direito como é que vai ser o problema dos descontos.

Na Associação de Domésticas da Guanabara algumas empregadas

manifestaram dúvidas sobre a viabilidade dos descontos. "Se a gente tiver que perder direito à comida e moradia, e além disso dar 8% pro INPS, sem ganhar salário-mínimo, o que é que a gente vai receber, afinal? Tomara que não seja menos do que ganhamos agora, porque senão a lei não vai servir para nada." A lei trabalhista permite ao empregador descontar alimentação e moradia até um total de 40% do salário.

— Bom, eu não sei. O que os jornais falaram é tão bonito como procissão de São Jorge, embora a gente ainda não tenha certeza se vai ganhar 13.º salário e Fundo de Garantia. — Maria da Penha Assunção, que há 25 anos trabalha no mesmo emprego, numa "casa de bacanas", não deixa por menos: — Se a gente vai ser beneficiada, então temos que ter tudo o que as outras profissões têm. ■

Figura 04. Lei Trabalhista vai até a cozinha. Reportagem: Luís Vergniaud e Dermi Azevedo/Foto:Ricardo Barroso e José Bosco. Fatos e Fotos,04/11/1972, p.61.

As figuras 03 e 04 fazem parte da mesma reportagem que nos apresenta alguns pontos para discussão sobre a ligação entre o serviço doméstico e o aspecto racial, pois nos expõe três aspectos: o primeiro é a questão do reconhecimento do serviço doméstico como passível de receber seguridades sociais como salário-mínimo, férias e 13º salário, é interessante frisar

que tal ocupação mesmo após exploração da ideologia trabalhista do período varguista estava permeado de aspectos coloniais. A confiança dos patrões já era por si só um pagamento, pois davam a possibilidade do convívio com a família, utilizando uma expressão disseminada na cultura brasileira “torna-se a empregada da família”, é quase uma posse familiar; a figura 03 traz no canto superior esquerdo a imagem, desconexa da matéria, de uma mulher branca que aparenta ser uma empregada, de avental e roupa íntima com o dizer “Salário, nunca foi problema!”. A hipersexualização da empregada encontra-se embasada na relação colonial e machista que entende a trabalhadora enquanto posse, há uma cultura que identifica na trabalhadora doméstica jovem uma corriqueira opção de iniciação sexual de seus patrões, o que significa comumente, um aval para a prática do estupro⁴². Por último, na figura 04, o repórter enfatiza que a lei garantirá carteira assinada, aposentadoria e férias, no canto superior direito ele expõe “É o que elas chamam de sua Lei Áurea”, neste caso a relação entre o ofício e as funções subalternas relativas a trabalho doméstico é escancarado, não é segredo que o serviço é depreciado, tal qual era quando era exercido por trabalhadores escravizados. A equiparação com outras atividades, através da conquista de direitos a seguridade social, é tida como um paralelo com a libertação da escravatura, a função, como forte presença negra, ainda preserva aspectos coloniais⁴³.

O termo *liberdade* guarda uma ligação estreita com a colonialidade. Quando tratamos deste ideal, nos ERR, normalmente referimo-nos a questão do pós-abolição. Segundo Orlando Patterson “la libertad se generó a partir de la experiencia de la esclavitud”⁴⁴, entretanto sua evocação localiza-se no escravismo da Europa Clássica. A liberdade como um ideal a ser atingido pelo Ocidente, não foi uma descoberta, tratou-se de uma invenção, nasceu do tensionamento da relação amo-escravizados, proprietários de escravizados-escravizados, proprietário de escravizados-pessoas livres no período grecoromano. Patterson enfatiza que o ideal possui um valor tripartite: pode ser pessoal, soberana ou cívica. A liberdade pessoal é aquela onde não se sofre coerção, é possível fazer o que se deseja desde que não restrinja o desejo alheio. A liberdade soberana é a qual se tem total autonomia de se fazer o que se desejar, não importando se isto fere o desejo de outrem. A liberdade cívica, ou civil, refere-se a possibilidade de participar ativamente da

⁴² GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira In Revista Ciência Social hoje. Brasília, ANPOCS, 1984.

⁴³ BENTO, Maria Aparecida Silva. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. Rev, Estudos Feministas, nº 2, ano 3, 2º semestre de 1995.

⁴⁴ PATTERSON, Orlando. Prefácio In La libertad, la libertad em la construcción de la cultura occidental. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1993. p. 16.

vida pública⁴⁵. As duas primeiras já eram bem conhecidas nos períodos de exploração colonial, mas é a terceira que ganha maiores contornos no último quartel do século XIX com o pós-abolição e com a difusão de uma mentalidade liberal. Mesmo décadas depois, os descendentes dos sujeitos escravizados ainda encontram uma enorme dificuldade em compreender a proposta republicana de liberdade, fica claro que não se trata de uma benfeitoria que poderia ter sido garantida no período pós-abolição, mas tratasse de um ideal a ser conquistado.

A relação entre o trabalho doméstico e as mulheres negras é garantida pelo uso recorrente dos estereótipos e dos estigmas, reforçando o relevo entre elas e as mulheres brancas. O alicerce dessa distinção é a inferiorização de um em detrimento de um “outro”, isto é, não está fundamentado apenas nas características do sujeito, mas trata-se do seu lugar na relação de poder, o sujeito é um inabilitado tendo em vista a hegemonia social, político e cultural de determinados indivíduos. O estigma e estereótipos estão intimamente interligados, pois é a partir da cristalização do primeiro que o segundo atua. Por este motivo acompanhamos grande parte dos estudiosos brasileiros que entendem que devemos trabalhar raça e sociedade a partir das determinadas relações raciais que o contato configura. De mesmo modo, atentamo-nos a questão da essencialização dos termos: o perigo reside na possibilidade de invisibilizar complexidades conjunturais, atores e até discursos. No ERR muitos termos tem por objetivo focar a atenção nos agentes oprimidos, ocorre que a monopolização da fala pode não somente encobrir o opressor, como pode apagar as entrelinhas das resistências. Tais resistências só são visíveis quando se lança luz ao contato entre os sujeitos. Para Andreas Hofbauer

“a ideia de que as palavras e, deste modo, os conceitos são produtos histórico-culturais que expressam intencionalidades individuais e coletivas e, conseqüentemente, podem e devem ser vistas como intimamente ligados à 'construção da realidade social'(...)Não [devemos] tratar 'raça', 'cor', branco, negro como constantes antropológicas, mas inseridas ideologicamente em fluxos sócio-históricos”⁴⁶

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ HOFBAUER, Andreas. Introdução In Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p.16.

Entendendo que se trata aqui de uma análise que parte de uma historicidade das relações entre indivíduos usando como critério pontual a distinção fenotípica, mas sendo o impacto sócio-cultural resultante disto o mais relevante, consideramos, neste momento, o destaque na historicidade de alguns dos usos e abusos dos termos uma questão fundamental para uma percepção que contemple as intersubjetividades.

1.2. RACISMO ESTRUTURAL E SUAS FACETAS

Pululam pelas mídias exemplos de situações e discursos que promovem a democracia racial, exaltando a exceção e invisibilizando a regra. Famosos sites e blogs de militância negra como Blogueiras Negras, Geledés e Irmandade Sankofa expõem dia-a-dia casos que demonstram a dificuldade da sociedade brasileira de encarar de fato do problema racial no país, de maneira a superá-lo de uma vez por todos. Se por RE entendemos a naturalização de ações, compreensões, costumes, esteriótipos, estigmas relativos a determinados indivíduos, em nosso caso, os sujeitos negros, então a própria ideia de pessoa negra e pessoa branca é uma convenção social, baseada na relação entre estes. tal qual a ideia de nacionalidade. Isto é, um determinado sujeito circunscrito enquanto negro, africano, umbandista quando em contato com quem não o é e reconhece nesse outras determinadas distinções, busca assim definí-lo para se diferenciar (eu sou isto porque minha pele tem essa tonalidade e você é outra coisa pois sua pele tem outra tonalidade) . A história da sociedade brasileira baseia-se numa naturalização dos imbróglis raciais. Ao termos notícias do grande número de jovens negros mortos no país, o qual caracteriza um genocídio, encaramos com naturalidade. Quando vemos mulheres negras como subalternas em novelas encaramos com naturalidade. Quando constatamos que uma população majoritariamente negra encontra-se num local de alta periculosidade ou em fragilidade econômica encaramos com naturalidade. Ao vermos negros e negras em altos cargos de empresas ou em ambientes declaradamente tidos como espaços brancos demonstramos surpresa e até espanto. Qual seria o motivo? Trata-se da naturalização do confinamento social do negro, consubstanciando o RE em nossa sociedade.

O RE foi imbricou-se na cultura nacional brasileira. Hall salienta que “ uma cultura nacional é um discurso- um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto

nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”⁴⁷. Os próprios sujeitos negros podem enxergar-se enquanto elementos inferiores, passíveis a degeneração, a violência e a pobreza, devido a uma cultura que lhe ensina que este é o seu lugar na teia social. Hall, partindo de uma realidade britânica, traz-nos uma útil reflexão, ele indaga: ao encarar-nos enquanto nação, a identidade nacional deve pretender uma homogeneização, como fica a pluralidade das vivências desses indivíduos dentro dessa sociedade multicultural? Tendo em vista o Brasil, sua situação de ex-colônia e o processo de construção da nacionalidade, sendo o país uma comunidade imaginada apoiada em personagens e tradições inventadas⁴⁸, a homogeneização deu-se a força, anulando e subordinando as diferenças culturais. Tratou-se de um jogo de forças, a partir de uma estrutura de poder. Esta unificação violenta subjulgou, assimilou ou eliminou todos que não faziam parte do *estabishment* criando uma hegemonia⁴⁹.

Hanchard sustenta que a democracia racial e a política racial tratam-se de elementos de uma hegemonia⁵⁰ racial. A escravização faz parte de um esquema abrangente de dominação racial, seus desdobramentos sobre a população descendente é um exercício de conservação de valores coloniais (como dito anteriormente, naturalizados). Vale ressaltar que

“ é a atribuição de esteriótipos negativos aos descendentes de africanos, de tal sorte que a cor de sua pele(fenótipo) desencadeia um conjunto de significados, amiúde pejorativos, na cabeça de outras pessoas e, as vezes, até deles mesmo. Por sua vez, isso frequentemente leva a práticas sociais que eram(e são) consideradas racialmente discriminatórias.[...]a raça funciona como uma ponte entre sentidos e práticas socialmente construídos, entre as interpretações subjetivas e a realidade material vivida. Ela tem uma importância paradoxal e simultânea, pois diz e não diz respeito à cor da pele. A raça, em si mesma, não tem nem poderia ter nenhum significado social.”⁵¹

O período que se seguiu a abolição caracterizou-se pela tentativa de eliminação do elemento negro social e culturalmente, excluindo estes sujeitos logisticamente de modo a dar aspecto de cidades europeias as grandes cidades brasileiras, ligando-o a noção de

⁴⁷ HALL, p. 50.

⁴⁸ Hall utiliza-se do conceito cunhado por Benedict Anderson e no ideia de invenção das tradições, reflexão realizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger

⁴⁹ Idem, p.52.

⁵⁰ Hanchard utiliza-se do conceito de hegemonia cultural de Antônio Gramsci.

⁵¹ Hanchard, p. 18.

“classes perigosas”⁵². Houve o acirramento da perseguição ao indivíduo negro, reafirmando categoricamente sua situação de natural subversidade, lhe dado ao nascer com aquela tonalidade de pele. Havia aqueles que identificavam a “pré-disposição a desonestidade” do negro um justificativa biológica(natureza), assim como aqueles que afirmavam que suas vidas de cativo tornaram os sujeitos não hábeis para a vida liberta⁵³. A ligação entre o racismo e o preconceito social se cristalizou com o decorrer da industrialização, com as grandes aglomerações de pobres e miseráveis em cortiços e posteriormente em regiões de fragilidade logística, como as favelas. Nestes locais caracterizaram comunidades que estavam dentro dos limites das cidades, mas exclusas e esquecidas pelo poder público, exceto pela presença das forças policiais, ali praticou-se um espetacularização do extermínio dos negros. Segundo Chalhoub, os cortiços foram pontos referenciais de luta contra a escravidão e a favor da Abolição, destruir estes tipos de moradias, assim como retirar seus indivíduos do centro também era, pragmaticamente, desarticular uma memória acerca dos recentes movimentos sociais urbanos⁵⁴.

Com a expansão do Capitalismo Industrial e a disseminação da ideologia trabalhista (de maneira mais clara o programa de seguridade social promovido durante a Era Vargas) o negro foi condicionado a ficar confinado aos extratos mais baixos da sociedade e/ou encaixar-se em determinados papéis⁵⁵. A Revista Fatos e Fotos, enquanto modelo ideal do discurso de democracia racial nos é útil para visualizarmos alguns destes lugares comuns onde os agentes negros eram/são aceitos de modo natural para a sociedade permeada pelo RE.

A primeira dessas funções pré-determinadas é tida, até hoje, como local de possível prosperidade dos sujeitos negros, o esporte. Na figura 05 temos a sessão inteira dedicada os craques do futebol, Luís Pereira, Jairzinho e Neneca, todos reconhecidos como ícones que “se deram bem na vida”⁵⁶ como ressalta a própria reportagem sobre Jairzinho. A sessão esportiva enfatiza a imagem dos atletas tendo em vista o espaço que suas fotografias ocupam na reportagem, de modo geral, a redação salienta o brilhantismo de suas atuações e como são referenciais não apenas para o futebol, mas para todos os esportistas. A relação entre o homem negro e o futebol não foi consituída logo de início das atividades do esporte no Brasil. Os sociólogos Maureci Almeida e Francismo Rodrigues localizaram no livro do

⁵² Chalhoub, p.23.

⁵³ Idem, p.24-25.

⁵⁴ Idem, p.26

⁵⁵ GUIMARÃES

⁵⁶ Expressão de Luís Roberto Porto

jornalista Mário Filho “O Negro no futebol brasileiro”(1947/1964) as bases para atrelamento coletivo entre o sujeito negro e o futebol⁵⁷. Foi a primeira obra de fôlego sobre o tema, baseada em três momentos relativo a presença negra: a chegada do esporte ao Brasil e a exclusividade a elite branca; a luta para aceitação de negros nas equipes; e a democratização, ascensão e afirmação do negro no futebol⁵⁸. Teórico e popularmente, o futebol é o local onde o negro obteve maior êxito ao se inserir, a ser ligado a identidade nacional e alçar, economicamente, um nível social privilegiado. Na figura 06, vemos o exemplo do jogador Paulo César que fez carreira no Flamengo, chegando ser jogador da seleção brasileira, muito assediado pela Imprensa o jogador de futebol tornou-se símbolo de negro e pobre, o qual por questões meritocráticas ascendeu. Tanto na figura 05 quanto na figura 06 as personagens são atrelados a um status de referenciais caracterizando-os como exemplos nacionais. O negro nesta discursividade não é simplesmente um bom esportista, mas um futebolista, correspondendo ao que a sociedade esperava dele. Fora encaixada num local restrito de perspectiva.

Destacamos outro local o qual, principalmente nas décadas de 1960/1970, obteve um importante papel nas táticas de identificação nacional: a música. A Revista FeF sendo intensamente voltada a questão do entretenimento televisivo realmente cultuava grandes nomes do cenário fonográfico brasileiro, tal como Jair Rodrigues(figura 07) e Elza Soares (figura 09), na imagem aparece ao lado do ídolo do futebol Garrincha. Na figura 07 podemos visualizar uma premissa da presença negra: o cantor Jair Rodrigues enfatiza que não fosse no campo musical trabalharia no campo futebolístico.

“Quando menino, muito antes de pensar em ser cantor, já gostava muito de futebol. Inclusive em São Carlos, interior de SP onde continuava a participar de jogos e torneios e bairros. Diz ele que pegava bem direitinho até que machucou o joelho”⁵⁹

O RE foi de tal maneira introjetado no pensamento social que até este comentário, o qual inicialmente parece desprezioso, expõe traços do aprisionamento social que os sujeitos negros se encontram. Neste caso, no senso comum, a ascensão social coadunaria com o reconhecimento social.

⁵⁷ ALMEIDA, Maureci Moreira de; RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. O mito da democracia racial, racismo e futebol: um debate sociológico. *Norus - Novos Rumos Sociológicos*. Pelotas, v. 3, n. 3, 2015, p. 116.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ SOARES, Dirceu. Jair Rodrigues, 'meu time é o do Pelé. *Fatos e Fotos*, 20/08/1973, p.36.

Há um debate que envolve a música de raízes africanas e a questão da apropriação cultural desta. Não é nossa proposta aprofundar esta discussão, porém a apontamos como um elemento que evidencia o peso e a importância da chamada *música negra* para posicionamento do negro no cenário nacional. A figura 09 expõe o peso da musicalidade e do futebol expondo dois ícones, com roupas aparentemente caras em frente ao Coliseu, na Itália. Podemos colocá-los como exemplares da ascensão proporcionada pelo futebol e pela música.

O carnaval é outro local tido como legítimo para o negro (figura 10), o qual está interligado diretamente a hipersexualização do corpo feminino negro (ou como é reafirmado na revista “a sensualidade natural da mulata”⁶⁰ (figura 12). O samba e o carnaval são símbolos vendidos ao mundo como representantes da harmoniosa democracia racial brasileira, entretanto é neste ponto onde a mulher negra usada como agente naturalmente proferido de atributos que lhe constituem enquanto negra, isto é, o *produto de exportação mulata*⁶¹. Sua imagem preserva elementos advindos do período colonial no qual o discurso ainda a identifica como o objeto da lascividade, Djamila declara

“Mulheres negras são sexualizadas e tratadas como objetos sexuais numa sociedade racista e machista como a brasileira. Desde o período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente deflagrando uma relação direta entre colonização e cultura do estupro.”⁶²

E prossegue

“O País, último do mundo a abolir a escravidão, mas que se a população negra denuncia o racismo é chamada de violenta. É necessário definir violência aqui. O país onde todos adoram samba e carnaval, mas onde se mata mais negros no mundo. Que se louva a miscigenação, mas não se fala que ela surgiu como fruto de estupros. O brasileiro não é cordial. O brasileiro é racista”⁶³

⁶⁰ Inelegível. Sargentelli é a maior autoridade, em mulatas neste país, leia o ele conta de seus convívio com elas no Oba Oba. Fatos e Fotos, 21/01/1974, p.19

⁶¹ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. In. Movimentos Sociais Urbanos: memórias étnicas e outros estudos. Org. Antonio Silva Brasília, ANPOCS, 1983.

⁶² RIBEIRO, Djamila. ‘Vai Tregar Muito no Quartinho’: Paes e a desumanização da mulher negra. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cvai-tregar-muito-nesse-quartinho201d-paes-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra>. Acesso em 02/07/2018. Op.Cit.

⁶³ Idem.

O corpo negro feminino é duplamente estigmatizado: ora pela invisibilidade ora pela ultrassexualização⁶⁴. O sexismo tiram o protagonismo da visibilidade e a ultrassexualização reitera um olhar senhorial sobre as escravizadas, ressignificada sob a ideia de *mulata*. “O termo *mulata*, verificamos que esta deriva de mula, cruzamento entre a égua e o jumento, e que vem a ser usada para designar a mestiça filha de pais negros e brancos. Mulata para o Sargentelli significava elogio, mas hoje, causa repúdio, pois percebemos todo o racismo implícito que esta carrega em seu significado”⁶⁵. Franz Fanon enfatiza que na figura da *mulata* coadunam dois pontos tidos como “positivos” de ambas as raças: ela possui a “sensualidade biológica” de sua parte negra, mas já iniciou o percurso rumo ao branqueamento. Mais que um termo trata-se de um posicionamento político⁶⁶.

A figura 11 é a mais contraditória das colocações, pois ao mesmo tempo que as religiões de matriz africana são tidas como locais legítimos, as próprias muitas vezes são encaradas como religiões mais como seitas. Emilia Guimarães Mota salienta que este paradoxo está calcado numa artimanha discursiva que contrapõe o desejo cultural de expor a sociedade brasileiro como multicultural e a forte presença de arcaísmos colonais. Segundo Mota, pesquisadores, legisladores, mídia assim como afro-religiosos enfatizam no problema da intolerância religiosa no país, mas que, num contexto racializado, trata-se de racismo religioso⁶⁷. Não é somente a inadmissibilidade de outra religião, mas desconsiderar as demonstração de fé como religião está imbuído do lastro da discriminacional racial.

⁶⁴QUEIROZ, Josiane; TEIXEIRA, Maria Santana. Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ FANON, Franz. A mulher de cor e o branco In *Pele negra, máscaras brancas*, Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. P.53-68.

⁶⁷ MOTA, Emilia Guimarães. Apontamentos sobre racismo religioso contra religiões de matrizes africanas.40* Encontro anual do Anpocs, 2017.



Figura 06. O menino pobre que viveu uma fábula. Reportagem: Luís Roberto Porto. Fatos e Fotos, 07/05/1973, p.62.



Figura 07: O menino pobre que viveu uma fábula. Reportagem: Luis Roberto Porto. Fatos e Fotos,

07/05/1973, p.63

Torcendo pelo Santos e jogando pelo

Jair Rodrigues, em garoto, era bom de bola. Pensava, mesmo, em seguir a carreira de jogador profissional. Até que um joelho machucado mudou o seu caminho. O futebol pode ter perdido um craque, mas ganhou a música popular um excelente intérprete e ganhou o Santos um torcedor apaixonado

JAIR RODRIGUES

'Meu time é o de Pelé'

Reportagem de DIRCEU SOARES • Fotos de HEITOR HUI



Muitas vezes ele chega de um show às 7 da manhã, descansa um pouco e vai logo para um dos campinhos de Casa Verde bater sua bola como lateral-esquerdo do time do bairro. Para ele, música e futebol são coisas sérias.

— Na verdade, não sei bem se sou santista ou torcedor do Pelé Futebol Clube. Isso é o tempo que vai dizer.

Jair Rodrigues faz o comentário no meio de uma de suas risadas. Quando menino, muito antes de pensar em ser cantor, já gostava muito de futebol. Inclusive em São Carlos, interior de São Paulo, onde costumava participar de jogos e torneios entre times de bairros. Diz ele que jogava "bem direitinho", até que machucou o joelho.

— Não fosse isso, teria tentado fazer carreira como jogador profissional, em vez de cantor. Pouco depois de me mudar de São Carlos para São Paulo, meu irmão me levou para ver um jogo no Pacaembu. Sei que era do Santos, mas não me lembro contra quem. Foi em 1959. Lembrou-me bem que o Santos jogou o fino. Pelé, de quem eu já era fã, foi o dono da bola. Desde então me tornei santista, pois até aquele dia eu não tinha time em São Paulo. No Rio, torcia pelo Flamengo.

PELÉ FAZ COISAS INACREDITÁVEIS

Jair tinha muita vontade de conhecer Pelé pessoalmente. Mas tarde, cantor já famoso, foi a Santos a passeio. Uma família, amiga dos dois, apresentou um a outro. Ficaram amigos e até hoje se visitam.

— Cheguei a gravar uma música dele, *Recado à Criança*.

Sempre que tem tempo, Jair vai ao futebol. No estádio, torce a seu modo, dando risadas e batendo palmas como faz nos jogos. Quando não pode ir ao campo, o remédio é mesmo a televisão.

— Houve época em que eu ia mais vezes aos jogos. Onde eu

Figura 08: Jair Rodrigues, 'meu time é o do Pelé'. Reportagem Dirceu Soares/Fotos: Heitor Hui. Fatos e



Figura 09: Elsa e Garrincha em Roma. Reportagem: Dirceu Soares. Fatos e Fotos, 21/12/1973.p, 13.

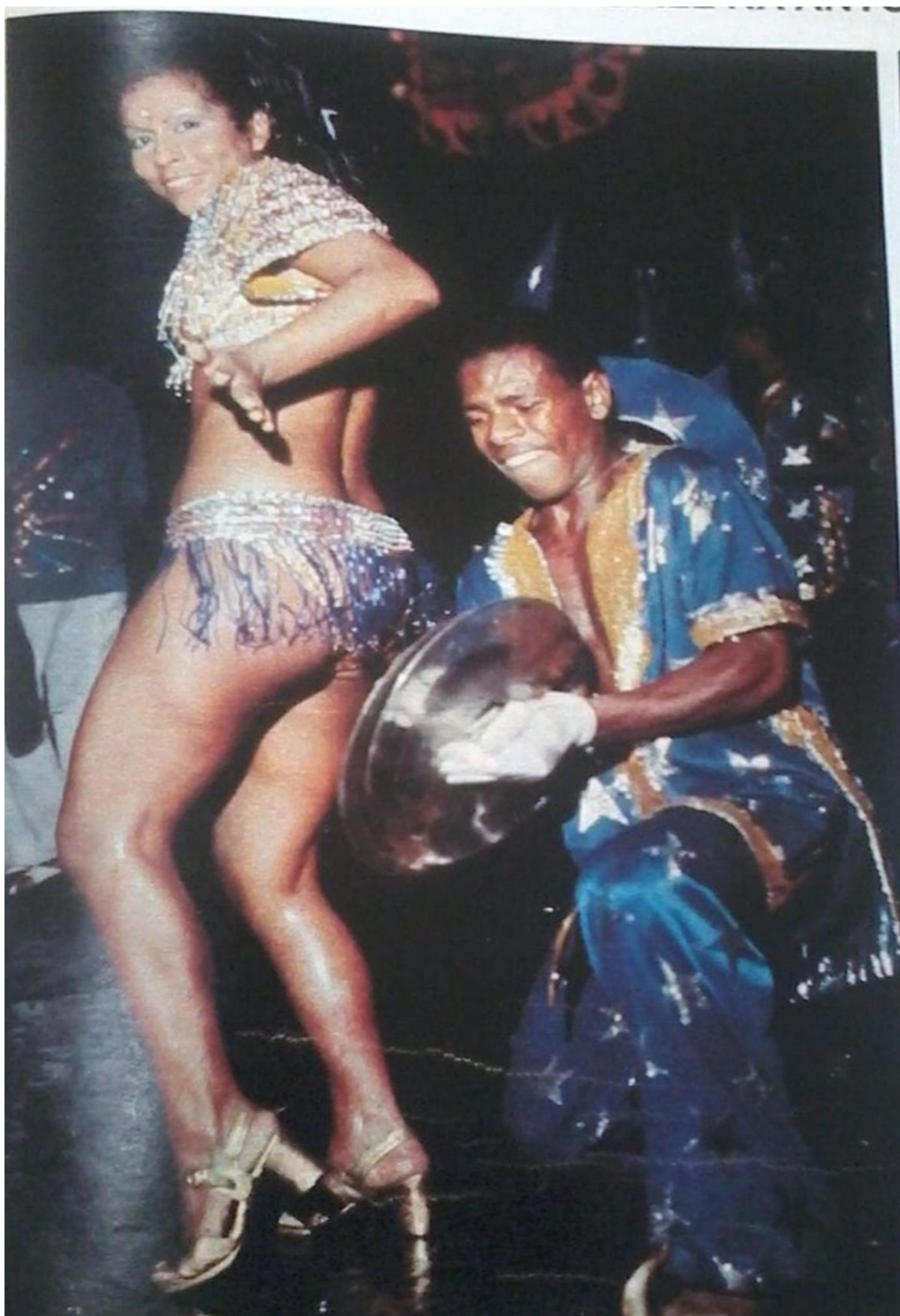


Figura 10: Vila Isabel sai como favorita. Reportagem: Sem informação/ Foto: Sem informação. Fatos e Fotos, 21/01/74, p.19.

NA NOITE DE ANO NOVO, OS CARIOCAS FORAM ÀS
IEMANJÁ
 Reportagem de PEDROSA FILHO e LUIS CARLOS
 Fotos de GIL PINHEIRO, NILTON RICARDO e PAULO SCHEUENSTHAL

Apesar da forte chuva que começou a cair pouco antes da meia-noite do dia 31 de dezembro, mais de 30 mil fiéis e curiosos transformaram as praias cariocas em terreiros de umbanda, para festejar a chegada do Ano Novo com cânticos, danças e o tradicional ritual de oferenda a Iemanjá, a Rainha do Mar. O sincretismo católico como Nossa Senhora da Glória.

Na festa de Iemanjá muita gente agorinha para fazer oferendas e outros santos da umbanda. Esta noite oferece flores e bebidas a Ogum, conhecido popularmente como "Madrugador". Alinhando esta noite se saem para as espíritas, já que se "colocam" nele o reconhecimento anual.

As flores brancas perfumadas e Rainha do Mar. As mulheres vestidas de baianinhas simbolizam a pureza de espírito e corpos no momento da oferenda. Na foto ao centro, um jovem casal de namorados pede proteção e jura amor eterno na presença da Iemanjá. A direita, o momento da ornamentação dos barcos que lavam habidas, flores, vestes e perfumes para a noite das Águas e Rainha do Mar.

Após entrar todos os orixás da umbanda são rezados. Ogum, Iansã, Oxalá, Xangô, Oxum, Pretos-velhos e Beija-Flor (as crianças) guiam presentes em res, vestes e bebidas. Uma festa homenageando qualquer orixá geralmente atravessa e sobra, terminando no momento em que surgem os raios do sol.

PRAIAS PEDIR PAZ, PROTEÇÃO, PROSPERIDADE E AMOR

A NOITE DA RAINHA DO MAR







Figura 11: A noite da rainha do mar. Reportagem: Pedrosa Filho e Luis Carlos/Fotos: Gil Pinheiros, Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 14/01/1974, p. 19.



Figura 12: Sargentelli é a maior autoridade, em mulatas neste país, leia o ele conta de seus convívio com elas no Oba Oba, Reportagem:Sem informação/ Foto: Sem informação. Fatos e Fotos, 21/01/1974, p.19.



Figura 13: Alisamento Exportação. Reportagem: Maria Eduarda Alves de Souza/ Foto: Nilton Ricardo, 28/05/1973.p.47.



Figura 14: Alisamento Exportação. Reportagem: Maria Eduarda Alves de Souza/ Foto: Nilton Ricardo, 28/05/1973. Fatos e Fotos, p.47.

A figura 13 e 14 são representativas pois expõe a nuances da democracia racial brasileira: a revista mostra com orgulho que no Brasil existe uma prática de alisamento digna de exportação, mesmo exaltando a presença das bailarinas senegalesas Maguette e Marianne, ambas de 18 anos, a questão do contato de ambas com a prática é dada como se verá no excerto abaixo:

“Quando Maguette e Marianne chegaram ao Brasil, como integrantes do balé do Senegal, perceberam que, além de um enorme balanço, nossas mulatas tinham um penteado sensacional. Perguntando aqui e ali elas chegaram até Dona Diná, especialista em alisar cabelos e responsável por parte do êxito e da beleza de Aisita Nascimento e Marina Montini. Foi um verdadeiro achado. Num abrir e fechar de olhos, a bonita, *mas estranha*, Marianne perdeu a aparência de africana, transformando-se numa autêntica jambete made in Brazil.”⁶⁸[grifo meu]

Ao enfatizar que Marianne até era bonita, entretanto era estranha, a revista no traz a pergunta: o que há de estranho em Marianne? A resposta foi dada logo em seguida, ao alisar o cabelo (seu aspecto mais proeminente, já que tratava-se de tranças) a bailarina perdeu seu aspecto de africana e e adquiriu, tal qual as mulatas brasileiras, a beleza de uma autêntica jambete. Isto nada mais é do que o racismo estrutural atuando. Esta forma de violência pode ser entendida como sutil, mas se analisarmos de maneira mais ampla, vemos que este comportamento mina a autoestima e impõe uma barreira emocional a negras e negros que são impelidos até de se sentirem belos.

Entretanto devemos pontuar que houve quem escrachasse o Racismo no país, citamos o caso de Tony Tornado:

⁶⁸ Reportagem Maria Eduarda Alves de Souza. Alisamento Exportação, 28/05/1974. Fotos e Fatos, p.47.



Figura 15. Tony Tornado: sou vítima de racismo. Reportagem e foto inegáveis. 21/01/1974, Fatos e Fotos, p.11

1.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo nos remete a algumas ponderações: a importância, nas reflexões que pretendem-se discutir raça/etnicidade, de utilizar determinados termos, os quais, por possuírem uma historicidade fortemente alicerçada em preconceito e remodelações com fins de justificar discriminação, não podem ser citadas sem as devidas ressalvas. Esta afirmação garante, no saber histórico, não cair em anacronismos (pelo menos não propositalmente) e localiza o escrito num hall de estudos fundamentados em pensamentos cuidadosos, não baseado em achismos, mas localizado num terreno seguro, o qual se reconhece as contribuições passadas e que busca colaborar com os estudos históricos. Ficamos atentos ao compreender que ao falar de raça, temos sempre que compreendê-los no contato entre as subjetividades.

Ao discutir algum elemento dos ERR no Brasil devemos sempre ficar atentos as nuances que a ideia de “democracia racial” traçou no enredo do século XX. Teorizada a partir do pensamento de Gilberto Freyre, tendo como inspiração a afirmação freyriana da “harmônia étnica-social”, o conceito encaixava-se num discurso que advinha desde o século anterior sobre o país: a aparente harmonia das relações sociais, a condescendente relação senhor-africano escravizado, a complacente interação racial. Intensamente aceito pelo discurso estatal, e sempre reiterado pelo discurso jornalístico e político, a harmonia transcendeu para o conceito democracia nos anos seguintes a Segunda Grande Guerra. Requerida até pelos movimentos anti-racistas, esse “aspecto” da sociedade brasileira chamou a atenção da Unesco que encomendou um estudo sobre a excepcionalidade tupiniquim. Nos finais da década de 1950, tanto movimentos negros, como estudiosos desta pesquisa, como Florestan Fernandes, já tinham se convencido que a dita “democracia racial” tratava-se de um engodo, para alguns para inibir a consciência racial para outros inibir a consciência de classe, excluindo um grupo do avanço capitalista⁶⁹. Nos anos de regime os movimentos negros foram fortemente repimidos, mas o chamado mito ainda era vendido como tipicamente brasileiro. Peter Fry e Lilia Schwarz defendem que mais que um

⁶⁹ A questão racial do Brasil nos anos 1950. CPDOC, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/QuestaoRacial>>.

mito, a “democracia racial” tratou-se de um ideal, de uma sociedade que ainda não soube resolver seus imbróglis dos séculos passados.

Nos cabe tecer um comentário sobre dois olhares: Stuart Hall contribuiu com suas reflexões acerca da dificuldade da sociedade em processo de globalização desde do século XV, de encarar não só o efetivo convívio e aceitação das distintas culturas dentro de um mesmo território, como evitar conflito sem apagar as diferenças. Criar um padrão e invisibilizar as diferenças também é um forma de extermínio, não exatamente físico, mas que pode ser cultural, social e/ou epistêmico.

Tendo em vista as reflexões acima, podemos ser enfáticos que a relação entre o racismo estrutural e pobreza está no confinamento dado ao sujeito negro a funções subalternas, em referência ao estado que seus antepassados se encontravam neste país. Quando possível, a saída estava no encaixe em tipos idealizados pela cultura hegemônica, onde o negro estaria em seu local por excelência, seria eles o esporte, a música, o carnaval, na religião ou, de alguma forma, hipersexualizado. Grande parte da população negra não encontrava-se nestes locais, então teriam que se conformar com o estigma de inerente subversividade, advinda de sua ancestralidade.

Seguindo em frente, frisamos o objetivo desta dissertação: destacar a relação racista difundida por toda uma sociedade, sob um pensamento de “democracia racial” que a oculta, e a violência policial, a qual provoca uma matança de negros. Sendo assim, tentaremos, no próximo capítulo, levantar argumentos que evidenciem 1) um histórico dos grupos denominados Esquadrão da Morte e suas transformações em grupos de extermínios e 2) o racismo estrutural e a violência policial.

CAPÍTULO 2. ESQUADRÃO DA MORTE E A INSTITUIÇÃO POLICIAL

A violência urbana pode ser analisada lado a lado com a questão da pobreza e da marginalidade, categorias as quais, infelizmente, o percurso dos negros e negras brasileiras estão intimamente interligados. Entendemos violência urbana tal qual David Melo Neto sendo uma ameaça frequente a continuidade rotineira da vida nas aglomerações humanas⁷⁰. É dentro da ideia de violência urbana que localizamos os grupos denominados Esquadrões da Morte. Segundo Melo Neto a definição de Esquadrão como nome próprio é infrutífera, a partir dessa compreensão estaria afirmando que tratavam-se de um grupo de matadores especializados, algo que não corresponde, inicialmente, a formação do grupo⁷¹. O propósito seria, de forma geral, a formação de um determinado grupo de policiais civis que se reuniram esporadicamente para desempenhar uma caçada a determinados sujeitos, efetuado a ação a união estaria desfeita e só voltariam a reunir-se quando necessário.

2.1. UM BREVE HISTÓRICO DO FENÔMENO E.M.

Historicamente, é possível localizar as primeiras formações de grupo esporádicos para a caçada a determinados sujeitos a partir do ano de 1958. “Esquadrão da Morte” era termo empregado à grupos de um enorme gama de possibilidades, sem haver necessariamente ligações, seja interpessoal ou institucional entre eles. É datado que tal designação foi aferido a um grupo de quatro policiais destinados a agir na atual Zona Sul carioca, sob as ordens de Carlos de Lacerda, o influente político da UDN, então governador do estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro). O modelo inicial propagou-se com a união do estado guanabara e fluminense, quando as forças policiais concentraram-se na região da Baixada Fluminense. Houve a criação de grupos similares em São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Mato Grosso. Os grupos localizados na região fluminense tiveram tal nível de exposição que ganharam nomes e até

⁷⁰ MELLO NETO, D. Esquadrão da Morte: uma categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.10 – no 1 – JAN-ABR 2017 – pp. 132-162

⁷¹ MELLO NETO, David Maciel. “Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987). 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p.19.

chegaram a homenagear um policial morto por bandidos em uma das ações praticadas pelo grupo (tratase de Milton Le Cocq de Oliveira, o Gringo)⁷².

A violência de suas ações ganhou impacto nos jornais tais como o Última Hora, o qual pela grande circulação e aspecto sensacionalista, rapidamente tratava de nomear eventos e grupos com grande repercussão, sendo que alguns autores afirmam que a designação EM foi dada pelo próprio jornal, fazendo referência, a grupos identificados na literatura inglesa e estadunidense, ao terrorismo de Estado⁷³. Os “Death Squads” estavam diretamente ligados ao processo de formação dos Estados Modernos, com grupos reivindicando o monopólio da violência⁷⁴. De 1964 a 1968 as atividades dos grupos taxados aparentemente cessaram. O retorno deu-se sob acusações de violência da polícia e com grande repercussão na Imprensa, o órgão de segurança do estado fluminense e jornalistas criaram, em conluio, até uma personagem que atuava como um relações públicas, tamanho foi o alcance das atividades do grupo. Foi neste momento que se preconizou por distinguir os grupos por nomes, pois vários deles apresentavam identificações visual distintas (como veremos a frente), chegando a criar a personagem fictícia descrita acima, o Mão-Branca. Tal fato deve-se também a proliferação de grupos ou pessoas que realizavam crimes e responsabilizavam os EM. Foi nesse período que ocorreu a migração dos trabalhos esporádicos da Polícia Civil para Polícia Militar. Com o tempo, cada vez mais as ações que antes estavam ligadas a esfera pública, tornando-se assunto da esfera privada, pois com aumento da organização desses grupos, seus elementos iniciaram uma espécie de relação promíscua com bicheiros, posteriormente com traficantes. Realizavam atividades totalmente fora do escopo inicial, como matar amantes de traídos, fornecer segurança particular e assassinatos encomendados. Tal foi a disseminação e a diferenciação que estes grupos tomaram, que sua denominação foi alterada ao final da década de 1980 para grupos de extermínio⁷⁵.

Estes grupos que se originaram no Rio de Janeiro e espalharam-se pelo resto do país, estampavam inúmeros jornais desde seus primeiros aparecimentos, por volta do final de 1950, como sendo “caçadores de bandidos”, a milícia constituída por policiais, militares e, posteriormente, por civis, alguns de notoriedade, tinha por objetivo aparente a caça e

⁷² Bandidos trata-se de um terminologia presente na revista.

⁷³ Mello Neto afirma que os a majoritaria parte dos trabalhos sobre o EM utilizam a Imprensa como documentação, pois não há nos arquivos policiais qualquer menção a este grupo, isto é, a denominação não era utilizada pela policia.

⁷⁴ Idem, p. 23.

⁷⁵ Idem, p. 19.

morte de criminosos que fugiam do alcance institucional das forças policiais. O grupo com maior repercussão, que recebeu o nome de seu comandante assassinato Milton Le Cocq, já existia desde 1952, mas recebeu a designação de EM com a morte de seu líder em 1964. A crueldade das suas ações era muito evidenciada, como podemos observar no excerto abaixo referente ao grupo Scuderie Le Cocq:

“O cadáver de Sérgio Godinho, um ladrão de automóveis, grande cartaz no mundo do crime, apareceu furado de balas na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Eram nove tiros ao todo, sendo cinco na cabeça. As mãos estavam amarradas atadas para trás e havia uma cordinha de enforcamento. Marca registrada do Esquadrão da Morte. Só que desta vez os matadores avisaram antes onde o corpo apareceria e puseram uma tabuleta presa ao cadáver, em sinal de advertência: “Eu era um ladrão de automóveis”. *Ao lado da frase, a caveira encimando duas tíbias cruzadas, símbolo do Esquadrão.*”[grifo meu]⁷⁶

Qualquer discursividade vindo do período deve ser entendido como um posicionamento, um olhar jornalístico, o qual não era isento.

O símbolo citado acima era tido como um sinal de verdadeira guerra ao *banditismo*, o qual tanta afirmavam as autoridades policiais fluminense e guanabaras. Muitos dos partícipes também constituíam quadrilhas, do tráfico de entorpecentes, jogo do bicho e prostituição, e utilizavam do poderio do esquadrão para exterminar inimigos(da sociedade civil). Nos interessou o fato de uma parte das imagens levantadas presentes nas reportagens se tratarem de indivíduos afrobrasileiros, sendo que esta situação acentuou-se com o avanço do regime, sem que este elemento fosse mencionado, e quando era citado tratava-se apenas da identificação da vítima. Observamos que poderíamos estabelecer questionamentos acerca da ligação historicamente discriminatória entre criminalidade e racismo a partir dessa tendência observada no periódico. Enfatizamos que as reportagens do periódico que compõe nossa documentação referem-se quase exclusivamente aos EM articulado no Estado do Rio, que posteriormente fundiu-se com o do Estado Guanabara. Entretanto faz-se notar que pululavam esse formato de organização paramilitar no país. Por tratar de uma revista com sede na capital carioca, fica evidente o seu destaque para os grupos de lá, mas há uma vasta gama de EM. David Mello Neto elenca, a partir de sua

⁷⁶ PINHEIRO, Jorge. O Esquadrão da Morte ataca outra vez. Fatos e Fotos, 23 de maio de 1968. Os demais se limitam a publicar declarações de autoridades públicas que desmentem a recriação do mesmo. Em todos esses grupos, participam dois policiais cujos nomes entrariam para a memória coletiva policial como exemplo de heróis e representantes de dois estilos diferentes. São eles os detetives Milton Le Cocq de Oliveira e Perpétuo de Freitas Octávio Ribeiro, o “Pena Branca”.

documentação, exatas 15 categorias, ou referentes segundo o autor, aos quais poderiam ser esquematizado como o fenômeno dos esquadrões da morte:

- 1) Serviço de Diligências Especiais: Grupo de policiais criado em 1957, pelo então Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, general Amaury Krueel, para reprimir uma “onda de assaltos” que assolava a cidade. Corresponde, na verdade, à “Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão-Armada (TVRAMA)”, composta por policiais do referido Serviço, o qual já existia antes da gestão de Krueel (1957-1959). Entretanto, a denominação que perdura mesmo é “Serviço de Diligências Especiais”.
- 2) Grupos de Ocasão: “Grupos de ocasião” é o nome que resolvi [David Mello Neto] dar para grupos de policiais montados temporariamente para prender algum assaltante, contrabandista ou preso fugitivo. Sua associação com a categoria de “Esquadrão da Morte” é feita quase que exclusivamente pela Última Hora(UH). Sempre que um desses grupos é formado, fala o jornal em “novo Esquadrão da Morte”.
- 3) Equipe de Le Cocq: O grupo é progressivamente formado por Milton Le Cocq a partir de 1952, quando abandona a extinta Polícia Especial - órgão de repressão de manifestações de massa da Era Vargas (1930-1945) - ao passar em um concurso para detetive na Polícia Civil. Lá, durante as inúmeras diligências para as quais é escalado, ele forma aos poucos uma turma de 13 policiais que lhe acompanharia futuramente, alguns com maior frequência que outros. São eles Guilherme Godinho (“Sivuca”), Jaime de Lima, Euclides Nascimento (“Garotão”), Hélio Guaíba Nunes, Hermenegildo de Souza Cavalcanti Filho (“Jacaré”) Lincoln Monteiro, Ivo Americano, Anibal Beckman dos Santos (Cartola), “Chocolate”, Hélio Vígio e Milton “Malvadeza”. Todos viam Le Cocq como um líder e um ídolo. Quando ele é morto por Cara-de-Cavalo, seus “discípulos” partem em busca do assassino. Muitos bandidos amanhecem mortos na procura. Acham-no num casebre de uma praia deserta de Cabo Frio, costa azul do Rio de Janeiro. Cara-de-Cavalo termina assassinado com mais de 52 tiros. Curiosamente, a associação do grupo de Le Cocq à categoria de “Esquadrão da Morte” data de 1964, mais de dez anos depois de formado. Talvez a associação tardia se deva à cautela e, digamos, timidez do “Gringo”, como era conhecido. Após o assassinato de Cara-de-Cavalo, seus subordinados membros são dispersados por distritos e delegacias policiais do então Estado da Guanabara. Notícia o Última Hora em 09 de dezembro de 1964, por ocasião das transferências: “Detetives transferidos acusam: mataram o Esquadrão da Morte!”.
- 4) Esquadrão da Morte Zona Sul. Alcunha dada aos policiais Benjamin Santos, Antônio Vale e Jussari Borges Barreiro. Mais uma vez, apenas o UH identifica-os enquanto “Esquadrão da Morte”.
- 5) Invernada de Olaria. Nome pelo qual era conhecida a 4ª Subseção de Vigilância e Capturas, localizada no bairro de Olaria. As Subseções de Vigilância e Capturas foram

desmembramentos da Delegacia de Vigilância. O General Kruel as criou quando era chefe de polícia, em 1957, cerca de 20 dias antes do TVRAMA do Serviço de Diligências Especiais, com o mesmo objetivo de combater a “onda de assaltos” na cidade.

6) Scuderie Le Cocq. Associação criada pelo grupo de Le Cocq para perpetuar a memória de seu ídolo. Trazia como símbolo uma caveira de tábias cruzadas. Abaixo, as iniciais “E.M”. Circundava-os um aro onde se lia “Scuderie Detetive Milton Le Cocq”. A analogia com “Esquadrão da Morte” já vem pronta e os jornais não deixam de fazê-la.

7) Facções. Atores que reivindicam para si, através de um cartaz com desenhos e incriminações à vítima, a autoria dos homicídios descritos no início deste trabalho. Aqui os jornais passam a subdividir a categoria de “Esquadrão da Morte” em subgrupos. Referem-se a ele, nestes casos, frequentemente sob a forma “Esquadrão da morte, facção tal”.

8) Grupo de Vianinha . Grupo de execução sumária liderado pelo detetive Ivônio Andrade Viana

Ferraz, o “Vianinha”, detetive-chefe de investigações na Delegacia de Tóxicos. Trabalhava para o traficante Milton Gonçalves Thiago, o “Cabeção”, para quem eliminaria rivais, devedores e testemunhas. Costumava forjar autos de resistência (mortes de civis em confronto com a polícia). É indiciado, denunciado, vai a júri e é condenado por homicídio a 21 anos de prisão em novembro de 1979.

9) Polícia Mineira. Grupos particulares contratados por comerciantes e/ou moradores para fazer a segurança local. Eram compostos por policiais de ambas as polícias, mas deles também participavam civis ou qualquer um que tivesse uma arma e vontade de matar. Atuavam principalmente na Baixada Fluminense, mas não deixavam de estar presentes em outros pontos da cidade. “Polícia Mineira” aparece mais associado com “grupos de extermínio”. Por vezes, como algo distinto do “Esquadrão da Morte”. É uma denominação que ganha força dos anos 1980, quando o “Esquadrão” é “suplantado por grupos de extermínio”.

10) Esquadrão da Morte em outros Estados. Durante a década de 1970, “Esquadrão da Morte” deixa de estar associado somente ao então Estado da Guanabara (hoje município do Rio de Janeiro) e Baixada Fluminense. A imprensa passa a noticiar as atividades de “Esquadrões” nos mais diversos pontos do país. , Encontrei no decorrer da pesquisa ocorrências para São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Espírito Santo.

11) Mão Branca. Caso ficcional já estudado por Enne & Diniz (2005). O Mão-Branca, frequentemente noticiado como o “relações-públicas do Esquadrão da Morte”, surge nas páginas do Última Hora em 1980. Dizia-se que ele ligava para a redação do jornal, avisando onde havia um novo morto. Nesta época, o jornal passava por grave crise financeira. O repórter Jorge Elias, em conluio com de jornalistas de polícia de outros jornais e mesmo com policiais, inventa o personagem, de forma a gerar polêmica e assim aumentar as vendas. Os inúmeros encontros de cadáveres, já rotineiros, são postos

na conta do Mão-Branca. Rapidamente outros periódicos passam a noticiar as façanhas do matador. O “mão-branca” torna-se popular a ponto de ganhar uma música: o “melô do mão-branca”, de Gerson King Combo. Até que a ficção ganha vida e se volta contra o criador. Começam a aparecer corpos cujo homicídio é reivindicado ao Mão-Branca, mas sem o conhecimento de nenhum repórter de nenhum jornal. A partir daí, deixa-se de noticiar as façanhas do justiceiro.

12) Rosa Vermelha. O personagem “Mão Branca” é em muito semelhante a outro, surgido em 1970. “Rosa Vermelha”, por vezes identificado pelas alcunhas de “A Voz” ou “A Coisa”, era igualmente tratado de “relações-públicas do Esquadrão da Morte”. Assim como o referente anterior, ele ligava para jornais e polícia para informar com antecedência sobre os novos “presuntos”.

13) “Impostores”. Na falta de nome melhor, resolvi chamar de “impostores” os casos em que se noticia a apropriação da categoria de “Esquadrão da Morte” por pessoas que não seriam “policiais eliminando marginais considerados irre recuperáveis”.

14) Os 12 Homens de Ouro. Grupo especial de policiais criado pelo General Luís França, chefe de Polícia do Rio de Janeiro no final da década de 1960 e começo dos anos 1970, aparentemente sob as mesmas condições que a Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão-Armada (TVRAMA) em, 1957, como resposta a uma “onda de assaltos” que ocorria na cidade e para atender aos clamores da imprensa.

15) Esquadrão da Morte do Estado do Rio. Identifica grupos que atuariam no antigo Estado do Rio de Janeiro, quando havia ainda a separação entre este e o Distrito Federal e, com a mudança da capital, entre este e o Estado da Guanabara, correspondente ao atual município do Rio de Janeiro.⁷⁷

É interessante notar que o grupo ligado ao policial Le Cocq era conhecido pelo símbolo das tíbias cruzadas, entretanto podemos constatar através da documentação que outros grupos também desenvolveram uma identidade visual:

⁷⁷ MELLO NETO, D. Esquadrão da Morte: Genealogia de uma Categoria da Violência Urbana no Rio de Janeiro (1957 - 1987)Op.cit. p.25.

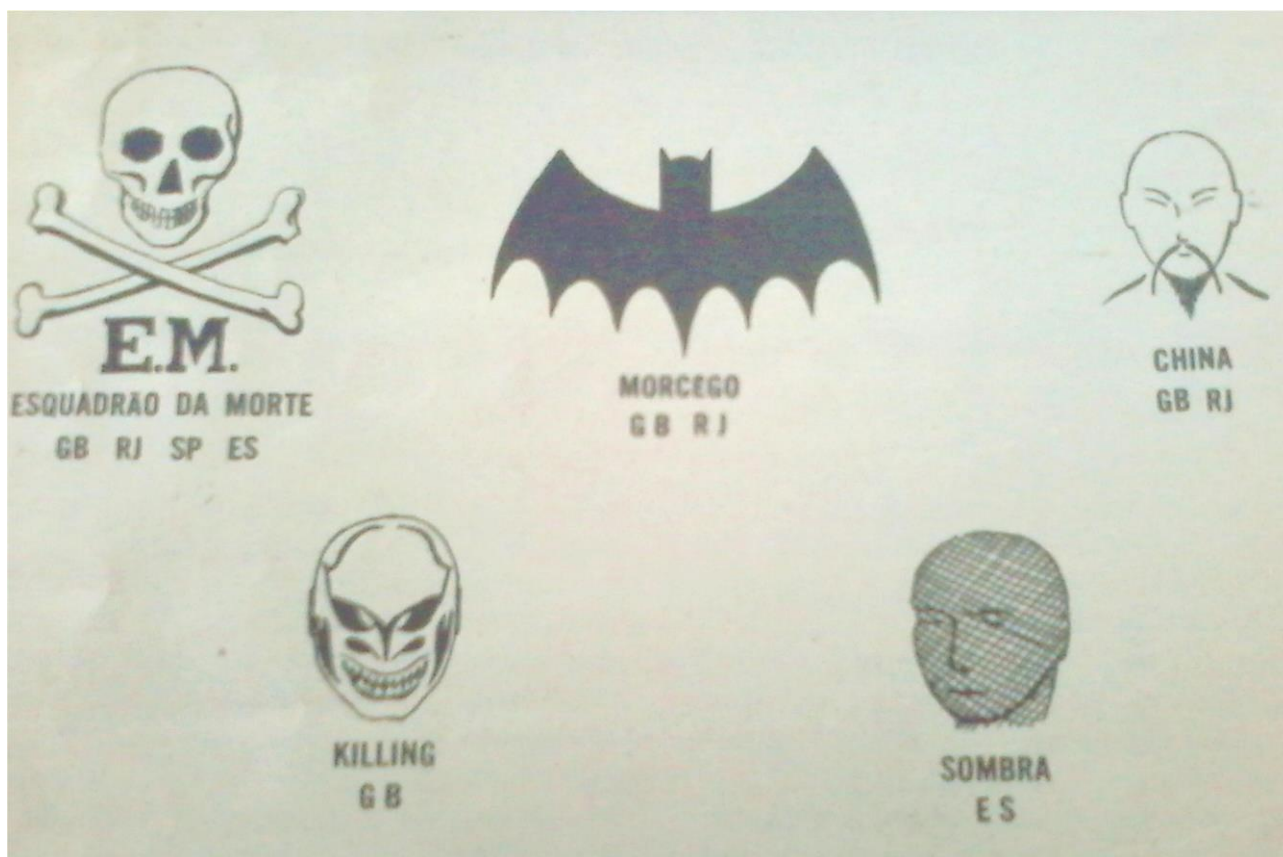


Figura 16: Exemplos de símbolos de identidade visual dos grupos denominados esquadrões da morte, com denominação e estados de atuação. Reportagem Jorge Pinheiro e Hélio Bicudo. O Esquadrão da Morte vai ser punido? Fatos e Fotos, p.84, 25/12/1969.

Tendo em vista a importância que a identificação visual foi dado a estes grupos, o que nos mostra a sua variedade, seguimos o raciocínio de Mariana Antônio e Mello Neto, os quais apontam determinados aspectos concernentes a estes grupos: 1) a pluralização dos referentes, tendo em vista o alcance midiático e territorial destes grupos; 2) a disseminação pela Imprensa e não pelos próprios autores e desterritorialização, compreendendo que o papel da mídia foi o de publicizar os atos posteriormente reprovados; 3) distinção clara no início e depois nebulosa entre quem era polícia e quem era bandido, com a disseminação de atividades desempenhadas pelos inúmeros grupos; 4) privatização e desinstitucionalização, pelo movimento em direção ao foto privado; 5) dialogismo/sujeição/manipulação, com a criação de uma espécie de porta-voz com a função de informar com precisão onde estaria os corpos e quais seriam os próximos passos; 6) a fantasmagorização, compreendendo que não havia de fato uma liderança, tronco ideológico ou qualquer forma de organização

burocrática aparente, conhecia-se os contornos, mas não o interior do grupo; 7) e por fim o aumento dos opositores ao EM dentro da própria polícia⁷⁸.

2.2. O EM NO DISCURSO JORNALÍSTICO DA REVISTA *FATOS E FOTOS*

Mello Neto nos conta ainda que, a partir de relatos de indivíduos inseridos no meio policial e reafirmado por uma parte da imprensa de cunho sensacionalista o EM era considerados “um grupo de policiais que eliminam marginais considerados irre recuperáveis”⁷⁹. A conjuntura carioca no período de 1950 e das próximas três décadas seguinte foi marcada por uma intensa onda migratória, em similaridade a cidade de São Paulo, grande parte oriunda do Nordeste do país. Estes indivíduos, fugindo das más condições climáticas e da falta de oportunidade de trabalho se defrontavam com uma situação distinta, mas não menos difícil: o alto custeio da viagem e a falta de garantia de uma moradia. Sendo de ônibus ou em meios de transportes denominados “pau de arara”, um grande fluxo de pessoas se dirigiram para as maiores capitais do Sudeste brasileiro, o que provocou um desequilíbrio entre a intensa procura de emprego e a as oportunidades de trabalho. Esses indivíduos fixaram-se em áreas periféricas, no caso carioca, especialmente na Baixada Fluminense, criando enormes bolsões de pobreza no ambiente urbano, no caso as favelas cariocas. Andreilino Campos define as favelas como locais que fogem do escopo público, resultantes de uma ocupação descoordenada do ambiente urbano, dada a inabilidade do Estado de suprir habitação a sujeitos marginalizados no espaço geográfico, sendo grande parte destes descendentes de escravizados e trabalhadores advindos do norte do país em busca de emprego. Com as políticas de higienização urbana tendo como objetivo dar aparência de cidades europeias as metrópoles brasileiras do começo do século XX, várias moradias coletivas precarizadas foram destruídas obrigando os sujeitos a procurarem locais onde não houvesse a necessidade de alto gasto para se viver, ao mesmo tempo, deveria ser próximo as oportunidades de trabalho⁸⁰. O processo intensificado nas décadas de 1950-1960 culminou numa comunidade de alta taxa demográfica, excluída geograficamente tendo que desenvolver a própria dinâmica logística. Tal situação levou

⁷⁸ MELLO NETO, p.37 e ANTÔNIO, Mariana D. O sensacionalismo no jornal Última Hora-RJ: sinais e ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969), p.75-76.

⁷⁹MELLO NETO, p.17.

⁸⁰CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 26-27.

muitos a se sujeitarem a subempregos ligados ao jogo do bicho, ao tráfico de drogas, elemento que substituiu a força do jogo do bicho na favela posteriormente, sendo que normalmente tratava-se de um morador da própria comunidade⁸¹, e ao banditismo em geral⁸². O aumento da densidade populacional, tal qual a intensificação urbana acarretou no aumento da criminalidade, o que levou as forças policiais a terem que lidar com prisões abarrotadas, uma justiça lenta, na contramão do aumento dos pequenos delitos, como roubos e de organizações ligadas ao tráfico de drogas. Forças policiais e banditismo encontram-se, aparentemente, em pé de igualdade na questão bélica, muitos criminosos e muitos policiais são mortos em inúmeros enfrentamentos. Forças-tarefas são organizadas, com determinado efetivo policial, com o objetivo de caçar determinados indivíduos, considerados bandidos, os quais ou escapavam ilesos da acusação ou eram declaradamente assassinos de policiais. Estes grupos se multiplicaram e se estabeleceram nos finais da década de 1960, mas já na década de 1950 já eram conhecidos da grande imprensa.

Campos define que o Estado e os grupos dominantes produziram uma imagem sobre a favela: uma estigmatização do espaço, isto é, lá era o espaço reservado para a classe⁸³ trabalhadora, tendo em vista que ao mesmo tempo que estão perto para cumprir seu papel social, ao mesmo estão longe, pois são uma classe perigosa, ligados a desordem, ao banditismo e a criminalidade, em especial o negro, de maneira mais intensa, o negro favelado⁸⁴. A violência policial está intimamente ligada a imagem de criminoso em potencial referido ao estigma alocado no sujeito negro. Segundo nosso raciocínio, a polícia era e é militarizada, tendo em vista a acepção do termo: a militarização é um conjunto de práticas e compreensões de origem bélica, o corpo policialesco está então preparado não para uma vigilância ou para o trato ao cidadão comum, mas na atividade, em função de uma guerra urbana. Tendo em vista que utiliza-se de táticas de guerra, acaba predispondo tipos comuns de criminosos, no Brasil esta imagem liga-se ao negro/pobre/periférico/da favela. A militarização aprofunda a tensão social dando um tom de projeto a essa mácula social. Sendo parte da institucionalidade estatal, a polícia torna material as ideologias prédispostas pelas classes que dominam o cenário político. Em nosso caso, sendo o país, a partir da ideia gramsciana de hegemonia cultural, um local de disseminação da ideologia dos grupos dominantes, e que vemos o nítido tom cultural racista da sociedade brasileira, alicerçado no mito de democracia racial, podemos constatar que a nossa polícia, por conseguinte,

⁸¹ Idem, p. 27.

⁸² ANTÔNIO, p. 77.

⁸³ Andreilino Campos utiliza classe numa conotação marxista.

⁸⁴ CAMPOS, Op. Cit. 63

também é racista. A violência, advinda da característica de formação militarista, é intensificada e consubstanciada em violência racial.

A documentação também auxilia, a partir do ponto de vista do discurso jornalístico, uma olhar que deveria corresponder a uma demanda, nesta questão de determinar a origem e a extensão dos EM, e expor a imagem que a revista dá-nos sobre a função da polícia nestas áreas. Jorge Pinheiro assinou a reportagem “A história secreta do Esquadrão da Morte” em 30/05/1968, nesta extensa reportagem o jornalista nos narra, com a ressalva que trata-se de um discurso jornalístico com o propósito de entreter e tornar a redação mais interessante, um enredo que afirma que a organização nasceu de um rechaço da polícia contra o aumento do poderio da criminalidade:

“Sexta-feira Santa, dia 12 de abril. As 15 horas um homem é apanhado em sua casa, em Coelho da Rocha, no Estado do Rio, e levado para a subdelegacia local. Tinha uma das mãos partida por espancamentos a que fôra ali submetido dias antes. Vias e quatro horas depois aparecia na Estrada das Pedrinhas, em Venda Velha, com o corpo furado por quase dez tiros de arma pesada e um cartaz preso ao pescoço, onde se lia “Judas de Venda Velha”. Tudo o que se sabe é que o morto era tido como bandido e fôra prêso pelo soldado Jaguar, do 6º Batalhão da Polícia Militar.

“Dias após dia, anos a fio, com intervalos que só ocorrem quando a grita da imprensa é grande, homens têm sido encontrados mortos na Baixada Fluminense, que tanto a polícia carioca como a do Estado do Rio usam como seu grande cemitério. Policiais dos dois estados. Escolhidos a dedo para o Esquadrão da Morte, se ajudam na sinistra tarefa de eliminá-los, e se o Código Penal considera isto um crime, que qualquer promotor mais empolgado taxaria logo de hediondo, muita gente considera o extermínio puro e simples do marginal como a “solução final” do banditismo.

O reporter volta de uma incursão de alguns anos no mundo fechado do Esquadrão da Morte para contar como Êle surgiu, como vive até hoje e deixar que o leitor responda se está certo ou errado.

ACABA A ERA DOS BANDIDOS DE PÉS DESCALÇOS

Nos tempos do Major Vidigal, celebrado em Memórias de um Sargento de Milícias, a polícia ia para as ruas de rebenque na mão para sovar os teimosos capoeiristas, que constituíam a nata da malandragem. O Rio era de uma cidade pequena, com algumas ruas cujos nomes hoje nos parecem engraçados, e mantê-lo tranquilo não era tarefa das

mais difíceis. Onde Vidigal aparecia a ordem reinava e bastava falar-se que a milícia seria chamada para que o tumulto cessasse ou a voz mais alta se calasse.

O Rio de Janeiro foi crescendo assimilando todos os males de uma cidade em desenvolvimento. Enquanto a metrópole se expandia a polícia continuava a mesma, sem acompanhar o progresso, quase caducando e sustentada por um punhado de bravos. Até o respeito de que ela gozava entrou em recesso e depois em fase de decadência. O malandro começava a zombar da lei significava o corolário de uma vida de crimes.

Em 1930, por aí, anda havia um resto de medo dos marginais pela polícia; Uma diligência para a captura de um bandido era precedida de um autêntico ritual até a voz de prisão: a caravana policial subia a favela ou Salgueiro. Localizava o barracão onde o malandro estava homiziado. Cercava-o e quando não havia possibilidade de fuga o chefe da turma enfiava por debaixo da porta do barraco sua carteira de policial. Era uma maneira de dissuadir qualquer resistência ao mostrar que a Lei estava presente. O bandido sempre se entregava porque, mais do que temer, respeitava a polícia.

Os tempos foram passando, Favela, Salgueiro, Mangueira, cantadas em prosa e samba, foram se tornando o valhacouto de foras-da-lei, enquanto os morros da Cachoeira Grande, Cachoeirinha e depois o Esqueleto começaram a ganhar fama. Então. Quando um policial metia debaixo da porta de um barraco sua carteira funcional o bandido tranquilamente a rasgava e jogava os restos pela janela. Invariavelmente somava a isto uma saraivada de balas contra os policiais, que desciam correndo o morro. Houve até um samba sobre Mangueira cuja letra dizia que, ali, se o malandro não descia, a polícia também não subia.

Maximiliano, moleque 31 e outros marginais da época do Chefe de Polícia Pedro Ribeiro de Oliveira Sobrinho mandaram na cidade. A muito custo foram capturados e o banditismo arrefeceu um pouco o seu ímpeto. Mas logo depois voltou renovado. Até 1958, mais ou menos, depois que o Rio teve um rosário de chefes de Polícia, como Néelson de Melo, Marechal Ancora e por fim Meneses Côrtes, o Rio foi vez por outra assolado por ondas de gangsterismo. Todos bandidos de pés descalços, como dizia a gíria da época. Charutinho, Paulo Grande, Zé da Ilha, Sete Dedos, Luciano Guezzi, Joaquim Conceição e outros mantiveram o noticiário policial. Alguns se celebrizaram pela extrema crueldade, como Zé da Ilha, a quem se atribuía ter aberto uma navalha e cortado todos os pingentes de um bonde que passava na Cancela. Até essa época arma de marginal era a temível navalha, cuja cicatriz nunca mais desaparecia porque a cirurgia plástica ensaiava seus primeiros passos.

Bandidos como Perigo e Santa Rosa, do tempo do Marechal Ancora, forçavam a polícia até ao uso de coletes de aço. Eurípedes Malta de Sá, um detetive que riscou de seus dicionário a palavra medo, chegou a receber um desses coletes mais acabou jogando-o fora porque pesava quase 30 kg. Não havia quem aguentasse subir morro com aquilo, e Malta terminou subindo a Favela de peito aberto e prendendo Perigo e Santa Rosa.

Matar ainda era coisa muito rara.”⁸⁵

As favelas e os morros são entendidos como males resultantes do desenvolvimento da cidade, lá a criminalidade é considerada natural e a violência é compreensível. Neste excerto fica evidente o tom sensacionalista dado pelo repórter, sendo claro que a função da reportagem não é apenas informar, mas ser interessante aos olhos do leitor. Consta-se a falta de preocupação do jornalista em expor a questão do preconceito social demonstrado pelos locais tidos como focos da criminalidade, onde se concentravam o banditismo que amedrontava a população e ocasionava muito trabalho às forças policiais. Estas localidades são alguns dos inúmeros exemplos de bolsões de pobreza onde se alocaram os indivíduos que não podiam pagar por uma moradia legalizada, vindos de despejos das regiões centrais ou, em grande parte, advindos de uma migração maciça do norte do país. Não é rara a questão da militarização das forças policiais ser evocada na documentação tendo seu ponto de instituição localizada no período varguista. Data deste período a constituição de um corpo policesco complexo, com a formação das polícias políticas estaduais e a caça sistemática a subversivos.

A seguir, o jornalista prossegue destacando a virulência do General Amauri Kruehl e a de elementos do banditismo como o denominado Micuçu:

“MICUÇU, O QUE SÓ FALAVA PELO CANO DO REVÓLVVER

A partir de Amauri Kruehl, por volta de 1958, a história da polícia iria mudar de rumo. Mangueira justificava extremamente a sentença de que o malandro não desceria, mas a polícia também não subiria. Estimulados pela impunidade generalizada do banditismo, começavam a surgir os pivetes que, procurando se igualar a polícia, largavam a navalha para passar a arma de fogo. Os morros da cidade, notadamente os da Zona Norte, eram o refúgio do banditismo que assaltava, matava por prazer, estuprava filhas de favelados e exigia “taxa” de proteção. Buck Jones, um nome que se tornou tristemente famoso. Era motorista de um empresa de ônibus que fazia linha Leopoldina-Leblon. Viu-se envolvido em pequenos furtos da féria e foi despedido. Desempregado, passou a arrotar valentia no morro dos Macacos, cobrou “proteção” aos birosqueiros e promoveu muita arruaça. Até que, no mesmo morro, baleou o detetive Floriano Keigas: Luís Bernardino da Silva, o Cabeleira, um rapaz branco e magro, tornou “dono” do morro do Cruzeiro, e dele partia para suas investidas em toda a cidade e tinha preferência pelo Estado do Rio, em especial São João do Meriti, cujo comércio fechava mais cedo e onde os moradores

⁸⁵ PINHEIRO, Jorge. A história secreta do Esquadrão da Morte. Fatos e Fotos, 30/05/1968.

viviam aterrorizados; Mauro Guerra, menino de corpo franzino, com menos de 18 anos já tinha cinco mortes nas costas e fazia questão de trocar tiros com a polícia; Milton dos Santos Almeida, o Micuçu, foi um semideus no mundo do crime e nunca perdoou nem mesmo um parceiro-só falava através do cano de seu revólver.

O ano de 1958 pode ser tomado como o marco áureo do banditismo na Guanabara. Policiais com Eugênio Parada eram varados a bala sem a menor chance de defesa; um sem-número de outros caía baleado ao menor movimento que significasse a intenção de subir um morro. Os favelados viviam sobressaltados e dentro da opção de colaborar com o marginal que lhe estuprava a filha, invadia seu barraco e exigia dinheiro ou [que]sumi[sse] de casa porque a polícia era impotente para acabar com o gangsterismo.

O General Amauri Krueel, numa célebre reunião que se realizou em seu gabinete, mostrou-se chocado com o poderio do banditismo. Se foi sua determinação expressão ou não, ninguém pode afirmar, mas o fato é que ele apoiou a constituição de um grupo de policiais escolhidos a dedo para caçar os marginais. Assim surgiu o Esquadrão da Morte.”⁸⁶

Na sequência da reportagem pode ser levados pelo jornalista a partir da criação de uma trama no qual o policial é um bom sujeito, ou melhor, um cidadão exemplar, sendo um agente que garante, por sua possibilidade, a salvação dos indivíduos favelados e passivos. Chama a atenção todo o esforço retórico para tentar eximir os agentes policiais de qualquer inclinação a atos de crueldade, aliás, é enfatizado o trabalho árduo deixando claro que se trata da solução mais efetiva. O trecho a seguir já é iniciado com uma pergunta constante no que tange a discussão sobre a intensidade da ação policial violenta, reiterada até aos dias atuais:

“VOCÊ PREFERE QUE MORRA UM POLICIAL OU UM BANDIDO?”

Eurípedes Malta de Sá, um alagoano que tinha o mundo do crime na palma das mãos, Salvador, Dorneles e mais um ou dois foram os primeiros membros do Esquadrão da Morte. Manga chefiava a Invernada de Olaria e seus “anjos de guarda” eram Vidal e Pio o primeiro hoje aleijado por um tiro na mão desfechado por um bandido. Eram homens sem medo e que não fazia trato com marginais. Na mesma época, surgiu Milton Le Cocq de Oliveira, outro que se impunha pelo destemor.

Buck Jones ainda espalhava o terror em Vila Isabel, Le Cocq conhecia a Vila mais do que ninguém. Morava lá e o tiro em Floriano Keigas ainda não estava esquecido. Com a inseparável boina preta, e a bolsa de feira com uma metralhadora dentro, Le Cocq seguiu

⁸⁶ Idem,p.22.

Buck Jones como uma sombra. Sabia que quando se defrontassem era para um dos dois morrer. O encontro ocorreu nos fundos de uma avenida na Rua Petrocochino, e uma rajada de metralhadora mandou para o inferno o bandido e sua triste fama.

Malta, Manga e os demais homens do Esquadrão da Morte se entregaram de corpo e alma a tarefa de capturar bandidos. Micuçu foi preso em 1959, na mesma época de Carne-Sêca e Mauro Guerra. Luís Bernardino e o Cabeleira, caiu nas mãos do então Delegado de São João de Meriti, Rogério Monte Karp, um rapaz nôvo que gostava de polícia e mais tarde iria se celebrar no Estado do Rio. Um número assombroso de marginais apareciam mortos nos morros ou em estradas desertas. Nas favelas, aquele que estivesse para morrer tinha a porta do barraco marcada com uma cruz de giz. A cada nôvo bandido que caía a acusação era a mesma: “Foi a polícia” O chefe de Polícia, quando inquirido, não dizia que sim nem que não, e se limitava a perguntar “você prefere que morra um policial ou um bandido?”. Entre os policiais mais destemidos, os envelopes de gratificação, contendo de 1 a 5 mil cruzeiros, sempre que um “bandidão” morria ou era capturado, se tornaram célebres.

O Esquadrão da Morte entrou recesso quando, numa diligência policia, o motorista da TV Tupi Edgard Farias foi baleado e morto por um grupo de detetives. A imprensa, a quem eram proibidas informações, explorou o caso e Malta, João de Deus Dorneles, Salvador Correia Gonçalves e Itagiba de Oliveira foram acusados do crime. Era abril de 1959, e dois meses depois surgia na polícia um escândalo de corrupção que o ex-chefe de Polícia, então Deputado Meneses Côrtes, queria apurar.

Kruel caiu no dia 25 de abril, quando dentro de seu gabinete, esbofeteou Meneses Côrtes, gerando um processo que durou meses. Parecia o fim definitivo do Esquadrão da Morte.⁸⁷

Seguindo o tom de enredo fílmico épico, o jornalista expõe um elemento já exposto na categorização feita por David Melo Neto, no item 3, na qual se sublinha a visão heróica dada a figura de Milton LeCocq, frisando a identificação deste sujeito com a localidade, a sua dedicação ao trabalho de garantir uma cidade livre do banditismo. Como já afirmamos anteriormente, a violência policial tem motivo principalmente por ter o aval dado por sua formação, já que estes sujeitos estão preparados para uma iminente guerra, onde o inimigo está identificado principalmente no negro/pobre/periférico/ da favela. Qualquer atitude de repressão, seja qual for o grau de truculência é compreendida como algo inerente a prática de supressão da violência urbana.

⁸⁷ Idem, p. 23.

Com a veiculação da notícia da morte de um membro da imprensa por um partícipe do esquadrão, a formação do grupo foi posto em cheque, tendo Pinheiro até enfatizado que “parecia o fim definitivo do EM”. Ao findo da secção histórica da reportagem, é apontado a importância da morte de Le Cocq para a formação do mais conhecido grupo dessa categorização EM:

“41 TIROS SOBRE O CORPO DE MINEIRINHO

A noite do dia 28 de agosto de 1964 marcou a junção dos Esquadrões da Morte da Guanabara e do Estado do Rio. O Maracanã fervilhava de torcedores que acabavam de assistir a um jogo e Milton Le Cocq, juntamente com Jacaré, Cartola e Hélio Vijo procuravam capturar o marginal Manuel Moreira, o Cara de Cavalo, um bandido de terceira categoria, que andava fazendo misérias no Esqueleto. Pressentindo os policiais, Cara de Cavalo embarcou num táxi e mandou o motorista tocar a toda velocidade. O volks de Cartola partiu em perseguição ao táxi numa correria desenfreada por Vila Isabel, Cara de Cavalo gritava para o motorista correr mais e mais porque não queria abrir fogo contra os detetives. Na esquina das Ruas Ebroína Uruguai e Emília Sampaio os dois carros emparelharam e tiveram de parar. Manuel Moreira despejou toda a carga de sua 45 contra o Volks e acertou Le Cocq, matando-o estupidamente. O impacto da morte do mais querido de todos os policiais da Delegacia de Vigilância provocou uma reação violentíssima. Guaíba, Sivuca, Paulista, Euclídes, Garotão, Adailton, Jacará, Cartola, Hélio Vijo e centenas de outros policiais da Guanabara organizaram a expedição punitiva contra Cara de Cavalo. No Estado do Rio, Sérgio Rodrigues e Monte Karp organizavam suas turmas para a localização do bandido, que estava em território fluminense; Toda a polícia carioca se concentrou em Manuel Moreira e a imprensa chegou a criticar o abandono a que a cidade ficou entregue. Francisco Januário de Carvalho, o Chico Diabo, na verdade um pobre-diabo, apareceu trucidado a tiros na Avenida Radial Oeste; José Macedo, bandido de fato, foi eliminado no Mirante Santa Marta; muitos outros pagaram com a vida o crime de Cara de Cavalo.

No auge da diligências o detetive Perpétuo de Freitas estava no Esqueleto. Era o dia 1º de setembro e Perpétuo tinha esperança de capturar o matador de Le Cocq. Os ânimos estavam exaltados e surgiu uma discussão entre Perpétuo e o detetive Jorge Galante. Em meio ao bate-boca, Galante sacou a arma e atirou em Perpétuo, matando instantaneamente. Aramis de Freitas, filho de Perpétuo, tentou vingar o pai e baleou o Galante durante a fuga. Morto Le Cocq e morto Perpétuo, o ódio da polícia tornou-se incontrolável.

No Estado do Rio, Sérgio Rodrigues e Monte Karp apertavam o cerco a Cara de Cavalo, que se sabia estar em companhia de uma amante, enquanto na Guanabara o Esquadrão da Morte vasculhava morros e favelas, prendia dezenas de elementos, alguns deles

inocentes, desancava o pau a torto e a direito em busca de uma pista do bandido. Até que no dia 3 de outubro Sérgio Rodrigues convocava o Esquadrão e dava a localização de Manuel Moreira: Armação dos Búzios, no Estado do Rio. Pela madrugada o barraco em que Cara de Cavalo estava homiziado foi cercado. A porta inopinadamente arrombada assustou o matador de Le Cocq, que ainda tentou correr para apanhar as armas em cima de uma mesa mas quase foi cortado ao meio por uma rajada de metralhadora. Caiu de barriga para cima, a camisa deixando o peito totalmente a mostra. *O Esquadrão da Morte entrou em fila e, um a um, seus integrantes foram disparando as armas no corpo inerte do bandido para que ninguém pudesse mais tarde inocentar-se do crime. Cinquenta e um tiros acabaram com Manuel Moreira, o Cara de Cavalo, que mesmo sendo bandido teve um enterro pomposo.*

O signo de Manuel Moreira só terminou com a morte de Fortunato de Sousa, o Chocolate, um dos que lhe moveu caçada, e que foi fuzilado menos de um mês depois, em Vassouras, por Luís Bernadino da Silva, o Cabeleira, cujo corpo apareceu logo após boiando num rio, tudo indicando que se tenha afogado ao tentar a fuga depois de baleiar o policial.”[grifo meu]⁸⁸

É neste ponto que é esclarecido, de maneira mitificada, a formação do mais famoso dos Esquadrões da Morte: a Escuderia Le Cocq, nome dado em homenagem a Milton Le Cocq, o qual morreu em pleno exercício da função, segundo a autoria da reportagem. Observamos cunho emocional da formação, contrastando com as reconhecidas atitudes de violência policial atribuídas ao grupo. A violência da cena é descritiva de maneira quase literária, como se a truculência da ação tivesse como função a vingança de toda uma sociedade. Pinheiro relata a truculência deliberada da caça aos criminosos destacando que “o Esquadrão da Morte entrou em fila e, um a um, seus integrantes foram disparando as armas no corpo inerte do bandido para que ninguém pudesse mais tarde inocentar-se do crime.”. A intenção era acentuar que não se tratava de carneiros, mas de justiceiros. Os membros da Escuderia criaram toda uma discursividade sobre o grupo, inicialmente afirmando que se tratava de um meio para auxiliar financeiramente a viúva do falecido, posteriormente a enquadraram como organização de caridade com os propósito de fortalecer a ligação entre sociedade e a Polícia e o apoio financeiro as viúvas de mortos em serviço⁸⁹.

⁸⁸ Idem

⁸⁹ ROSE, R.S. The Unpast: a violência das elites e o controle social no Brasil de 1954-2000, Trad. Richard Boike. Recife: Ed. Massangana, 2010.p. 308.

2.3. APONTAMENTO SOBRE A INSTITUIÇÃO POLICIAL

A Instituição da Polícia advém da chegada da Corte Portuguesa no início do século XIX, sua historicidade foi basicamente entoada em uma historiografia oficial até os idos da década de 1960. Este foi um período de grandes agitações sociais que reverberaram e colocaram as forças policiais no foco do interesse acadêmico⁹⁰. As décadas seguintes foram períodos de profundas mudanças na historiografia brasileira com a presença cada vez maior de uma historiografia thompsoniana e uma influência dos estudos foucaultianos:

“o campo historiográfico experimentava grandes transformações, além de uma pluralização das vertentes de trabalho, que por vários caminhos traziam a polícia para um lugar de maior visibilidade. Em contraposição ao althusserianismo prevalecente, emergia a crítica foucaultiana — tão importante até os dias de hoje.¹⁰ O controle do Estado passava a ser elemento de frente da compreensão histórica, ainda que seus instrumentos/dispositivos permanecessem dotados de uma impessoalidade muito marcada. O outro lado da crítica a Althusser vinha, dentro de um campo mais estritamente marxista, da leitura de E. P. Thompson, ressaltando a importância das experiências históricas. Essas tradições muito distintas se conjugavam na formulação de problemas sobre a história do poder não apenas no nível do Estado, mas no exercício de uma dominação cotidiana, onde a ação policial se tornava, ao mesmo tempo, visível e invisível. Visível por se apresentar como o fio condutor de uma circulação de poder — um dos mottos foucaultianos era a afirmação de que o poder circula — ou como o agente da repressão nas lutas de trabalhadores”⁹¹

Os estudos sobre a Polícia se intensificaram no Brasil principalmente em relação aos períodos ditatoriais onde o aparato e a estrutura do corpo policial teve crescimento e tornou-se mais complexa. Susel de Oliveira declara que

“a anomia capturada pelo ordenamento acompanha a trajetória política brasileira, marcada pela exceção que expõe à vida nua milhares de brasileiros. Vida nua que podemos localizar antes mesmo da construção do estado, através do genocídio dos nativos e da escravização dos africanos. Vida nua dos descendentes desses escravos, estigmatizados na irônica “democracia racial” brasileira; dos nativos caçados, evangelizados, escravizados, aculturados, ou então, capturados pelo ordenamento através das instituições de “proteção ao índio”. Vida nua dos moradores da periferia, dos moradores de rua, dos sem-teto e sem-terra, sujeitos à violência e arbitrariedade em um país de povo “cordial e pacífico”. Vida nua dos perseguidos políticos na época do Estado Novo e da ditadura militar. Vida nua de todos aqueles que não estão, como comumente

⁹⁰ BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. A história da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topoi, v.14, n.26 jan/jul, p. 162-173. P.163.

⁹¹ Idem, Op. Cit.164-165.

pensamos, “à margem do ordenamento social”, mas sim fazem parte de uma lógica excludente. Lógica que compõem a situação de abandono em relação à lei, na qual o banido não é simplesmente colocado para fora da lei, mas é abandonado por ela, e, paradoxalmente, é nessa situação de abandono que esses sujeitos se constituem, no limiar entre vida e direito, representam a vida colocada para fora da jurisdição humana”⁹²

A corpo policial brasileiro passou por períodos políticos que constituem uma anomia na história nacional, estes momentos imprimiram-lhe características de constante e, muitas vezes, desmedido uso da força associado a uma sociedade altamente punitivista. O punitivismo remonta ao momento colonial brasileiro, “no Império a persistência de uma ordem social escravista legitimava as punições corpóreas. Punições que sobreviveram ao término da escravidão, sob a forma de práticas policiais recorrentes”⁹³ baseando-se na coação e repressão.

“A polícia é um saber e uma inteligência do Estado, que tem a “ordem” em vista. Visando a manutenção da ordem, o Estado outorga à polícia (civil, militar e, em casos especiais, mesmo às Forças Armadas) o direito de vigiar a população, através de um poder de coação amparado no ordenamento jurídico. Poder de coação física que faz com que a violência atribuída às instituições responsáveis pela ordem seja uma das mais perigosas”⁹⁴

Olivera Rosa ressalta a participação do EM nesta lógica do corpo policial

“Os “esquadrões da morte” compunham-se inicialmente por policiais civis, que atuavam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro . Entretanto, logo as atuações semelhantes espalharam-se pelo resto do Brasil , com o incremento da participação de policiais militares. Caracterizados por Hélio Bicudo como uma “máfia policial” e “gestapo brasileira” alguns integrantes desses grupos, como o delegado Sérgio Paranhos Fleury do DOPS paulista, eram tidos e/ou condecorados como “heróis nacionais”. Para Souza, no caso do “doutor Fleury” – como era chamado - e de sua equipe havia uma “licença especial para matar, sem nenhum constrangimento” . Com o processo de democratização na década de oitenta, esses grupos não deixaram de atuar. Muitos deles passaram a trabalhar na área da segurança privada para empresas e residências. Alguns nomes conhecidos, processados pelo então procurador Hélio Bicudo na década de 70, tornaram-se donos dessas empresas. De acordo com Huggins, nessa época surgiu “um

⁹² ROSA, Susel Oliveira da. Estado de exceção e vida nua: violência policial em Porto Alegre entre os anos 1960 e 1990. 2007. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2007.Op.Cit. 43.

⁹³ Idem, Op.Cit. 54.

⁹⁴ Idem,Op.Cit. 46.

livre mercado de agentes assassinos de aluguel” para combater o “problema do crime” na sociedade que se democratizava.”

2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Fizemos um esforço de delinear o objeto de estudo, deixando claro que existiram inúmeras organizações, as quais foram postas sob a alcunha de Esquadrão da Morte. Estes grupos foram agremiações paramilitares, de forças policiais que, tendo em vista o aumento da criminalidade e/ou lentidão da justiça brasileira, juntavam-se para uma verdadeira caça à pretensa bandidagem, atuando com alto grau de truculência.

A violência policial aparente na documentação jornalística referente ao EM não trata-se de uma exceção, aliás o principal fator que motiva as ações violentas é o caráter militarizado do corpo policial brasileiro. A militarização predispõe a iminência de uma guerra, dando aval aos sujeitos de utilizarem-se de ações somente aceitos em cenários bélicos, tendo em vista que a polícia faz parte da institucionalidade ela reflete a ideologia dos grupos que comandam o Estado. Hegemonicamente, a cultura brasileira é tomada pela visão dos grupos dominantes, portanto, ao afirmarmos que existe uma cultura racista podemos constatar que as ações majoritárias contra negros/periféricos/da favela orquestradas pela polícia militarizada é o reflexo de um projeto de repressão, quiçá, de eliminação desses sujeitos. A violência policial tem aspecto racista porque nossa sociedade é racista.

Este embate dá-se presente na mídia, sendo que lá, os grupos dominantes expõem de forma nítida seus pontos de vistas acerca dos sujeitos e das situações. No próximo capítulo efetuaremos, com mais vagar, esta discussão evidenciando 1) a importância da Imprensa na disseminação de ideologias; 2) a relação entre a discursividade jornalística e racismo estrutural; e por fim 3) a relação entre racismo policial e a documentação.

CAPÍTULO 3. RACISMO ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA POLICIAL ATRAVÉS DA REVISTA *FATOS E FOTOS*

A relação entre Imprensa e racismo advém desde o começo da atividade no país⁹⁵. No período colonial jornais já caracterizavam-se como porta-vozes do pensamento de determinados grupos que viam na escravização um elemento estruturante para a sociedade brasileira. Com as mudanças políticas e sociais, também mudou-se os ventos da Imprensa, renovou-se os discursos cada qual mudava com os interesses dos grandes proprietários, como com a intensificação do movimento abolicionista, a proclamação da República, a ideologia trabalhista ou a instauração do regime civil-militar. Tal posicionamento encontrava pouca resistência dentro do meio jornalístico, tendo em vista que grande parte dos donos das empresas editoriais eram exatamente aqueles que defendiam o status quo. A Imprensa no Brasil, de maneira geral, tratou-se de um oligopólio.

Academicamente, nas décadas de 1960 e 1970, ainda era pouco usual utilizar jornais ou revistas como fontes para o conhecimento histórico⁹⁶. Tânia de Luca afirma que a crítica a pouca credibilidade dada a Imprensa como fonte histórica vinha sido superada desde o começo do século XX, com a Escola dos Annales. Contudo, é somente com a chegada da influência da sua terceira geração com a chamada História Nova, já ao final da década de 1970 e, com mais intensidade, na década de 1980, que ocorreu a profusão de estudos utilizando-se de revistas e jornais. Elementos como a *linguistic turn* e a renovação da História Política, com sua profícua História do Tempo Presente e sua aliança com a História Cultural, trouxeram à tona a vantajosa opção do estudo da Imprensa⁹⁷.

De Luca afirmar que documentos impressos não são imparciais, meros depósitos de informações para historiadores. Tendo em vista que reproduzem visões de mundo, valores, interesses e discursos ideológicos do grupo social ao qual pertencem, os impressos não estão reduzidos a isto. Bethânia Mariani assegura que o discurso jornalístico o discurso jornalístico tem como especificidade tornar objeto o “acontecimento”, ou melhor, aquilo sobre “o que se fala”. Aquele que registra o caso, o jornalista, adquire um status de observador imparcial, já que apenas retrata, não interpreta. Pode, assim, formular juízo de valor e emitir opiniões sem que isto macule sua legitimidade frente à exposição do

⁹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 1994.

⁹⁶DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111

⁹⁷Idem,p. 115.

ocorrido. O discurso “sobre” algo a ser narrado é, então, intrinsecamente validado em razão da posição de autoridade que o jornalista exerce, isto é, a credibilidade dada a ele é devido a sua transmissão de conhecimento. Essa comunicação dá-se através de saberes que possuam afinidade com os saberes de seus leitores, traçando explicações diretas e claras, com aspectos informativos que garantam um efeito de linearidade e homogeneidade ao que foi apresentado. Atuando diretamente na constituição da memória, esse efeito imprime, segundo a autora, a “institucionalização dos sentidos”⁹⁸.

Os perigos associados a utilização advém da subjetividade das narrativas para determinado interesse, a possibilidade de buscarmos, enquanto pesquisadores, exatamente os elementos que corroborem nossos argumentos através de deslocamentos de frases e imagens de seu contexto. Segundo De Luca, faz-se necessário sermos argutos e filtrar-mos qualquer tendenciosidade com uma eficaz teoria-metodológica⁹⁹. Neste esforço analítico vários são os elementos a serem entendidos como partícipes do discurso que revista ou jornais pretendem passar ao público-leitor e que o pesquisador deve estar atento: diagramação, fontes utilizadas, cores utilizadas, imagens, localização das imagens em referência ao texto, publicidade, técnica de impressão, assim como público-leitor, a quais grupos políticos e etários está destinada o periódico. O fator que se trata de um produto mercadológico é essencial, pois os discursos presentes, em nosso caso, na revista FeF só é vendável pois há um público que o identifica e se identifica.

Eni Orlandi afirma a leitura, tanto quanto a escrita, faz parte do processo e instauração do(s) sentidos. Tanto sujeito quantos sentidos são determinados histórico e ideologicamente¹⁰⁰. A linguagem(escrita ou visual) não é um instrumento, ela é partícipe, reflexo de uma visão de mundo do produtor que é constituída pelas suas vivências sociais e culturais. Orlandi enfatiza a em toda discursividade há a ilusão discursiva do sujeito, isto é, o sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retorna a sentidos pré-existentes¹⁰¹. Não objetivamos conhecer o autor das imagens ou das redações, mas como estas, apesar da ilusão de isenção, corroboram elementos de RE da realidade brasileira. “ A sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do

⁹⁸MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989). 1º Ed. Rio de Janeiro: Revan/São Paulo: Unicamp, 1998. p.60-61.

⁹⁹DE LUCA, Op.Cit. p.118.

¹⁰⁰ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso & Leitura. 6ª Ed. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001. P. 8.

¹⁰¹ Idem, 19.

sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal.”¹⁰²

3.1. A VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS EM IMAGENS

Dito isto começemos com o levantamento das reportagens com temática totalmente referente a questão do EM, com a data e em qual página se encontrava as reportagens:

DATA	PÁGINA(S)
23/05/1968	p.24
30/05/1968	p. 22
11/09/1969	p. 26
25/15/1969	p. 84
16/04/1970	p. 22
30/04/1970	p. 84
Início de maio de 1970	p. 92
07/07/1971	p. 12
06/05/1971	p. 26
17/06/1971	p.8
24/06/1971	p. 14
01/07/1971	p. 12
19/08/1971	p. 8
11/10/1971	p. 62
02/12/1971	p. 52
30/12/1971	p. 20
01/09/1972	p.11 e 12
11/12/1972	p. 16
17/02/1973	p. 10 e11
09/04/1973	p. 14

¹⁰² Idem, Op.Cit. 21.

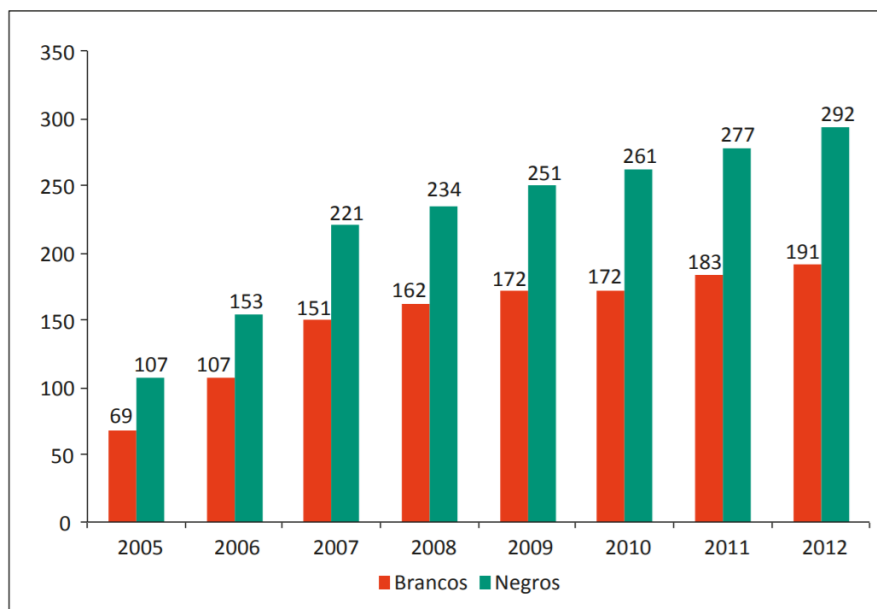
28/05/1973	p. 30
20/10/1975	p.62

Tabela 01. Data e página de reportagens sobre a temática única sobre o EM.

No total foram 23 reportagens, onde apareceram cerca 32 fotografias (27 coloridas e 5 em preto em branco), das quais 22 apareciam negros. Esta informação pode ser entendida a partir processo histórico que confinou a população negra em bolsões de profunda vulnerabilidade social e econômica. Chalhoub descata que desde os idos de 1870, população de libertos, escravizados e pobres foram concentrando-se em cortiços no centro cidade, favelas e morros¹⁰³. Com o século XX, estes locais ficaram cada vez mais longe das áreas centrais, garantindo uma higienização da centralidade e criação de bolsões de pobreza e o aumento das áreas periféricas. Na imagem 17 observamos Jorge Gomes da Silva, 34 anos. Nilton Ricardo enfatiza a denominação do indivíduo conhecido como “neguinho”, colocando em destaque sua foto retirada do seu histórico policial abaixo do brasão da Escuderia Le Cocq. Dois pontos são válidos de avaliação: primeiramente é muito comum na Imprensa brasileira descaracterizar o indivíduo através de um apelido, que deveria ser usado no foro privado, entretanto durante a reportagem a alcunha de Jorge Silva é utilizada no lugar de seu nome, de modo a tirar-lhe qualquer vestígio de empatia para com o público. Consideramos que o processo de empatia já é dificultada pela ligação que faz-se entre a racialidade e criminalidade, algo que o uso recorrente do apelido, não só reitera como enfatiza a posição de inferioridade moral do indivíduo. Outro ponto é o recurso de fotografá-lo atrás grades, passando a ideia de periculosidade sob controle, encarcerado. O encarceramento da população da negra é tema muito caro ao RE, pois sob a justificativa da vulnerabilidade de grande parte desta população pouco se faz, institucionalmente e juridicamente, para coibir a truculência física e psicológica para com este grupo. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) pertencente ao governo federal lançou em Junho de 2015 um Mapa do Encarceramento no Brasil, nele extraímos este gráfico sendo os brancos as colunas da esquerda e negros as colunas da direita:

¹⁰³ CHALHOUB, p. 37.

Gráfico 11. Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes segundo brancos e negros. Brasil. 2005 a 2012.



Fonte: InfoPen e Waiselfiz

Tabela 02. Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes segundo brancos e negros. Brasil 2005 a 2012. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Mapa do Encarceramento no Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional da Juventude, 2015, p.34.

Como podemos observar se o encarceramento entre a população negra já era alta, ela só continua a crescer em um ritmo mais acelerado do que entre os brancos. Com o aumento do encarceramento(74% no período estudado)¹⁰⁴, quem mais sai prejudicado das políticas que intentam este objetivo em massa são os negros e negras. Ainda é afirmado que

“Também os negros, no período de 2005 a 2012, foram encarcerados em maior proporção do que os brancos, considerando-se os dados do InfoPen. Em 2012, por exemplo, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados, ou seja, o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior do que o de brancos. Isto significa que os jovens negros estão mais suscetíveis ao

¹⁰⁴ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Mapa do Encarceramento no Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional da Juventude, 2015, p.91.

homicídio, assim como ao encarceramento, e que a desigualdade entre negros e brancos cresceu nos últimos anos nos dois fenômenos comparados.”¹⁰⁵

A população jovem e negra é quem mais sofre com esta situação.



Figura 17. É a vez de “Neginho”. Foto Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 11/12/1972, p.16

¹⁰⁵ Idem, Op. Cit. 83.

A figura 18 nos traz a questão do genocídio e da espetacularização da violência sobre o corpo negro. Segundo Joyce Alves, desde a fundação do MNU, anos 1970, o movimento negro enfatiza a característica de ‘extermínio’ da juventude negra, tendo em vista o aumento da violência contra essa parcela da população, de modo a compreender este movimento como genocídio de uma população¹⁰⁶.

“a compreensão das relações raciais no Brasil denota a importância de questionarmos as condições que inferiorizam o negro e o submetem à realidade de exclusão, desigualdade e violência. A partir disso, é importante entendermos que ao adotarmos o termo Genocídio na compreensão do fenômeno de violência contra negros, estaremos considerando não apenas a violência letal, mas as formas violentas não visíveis que impossibilitam as condições de vida da população negra como um todo”

Os altos índices são sinais de um movimento que existe desde do pós-Abolição de tentativa de resolução do *problema* da presença negra no país. Conjuntamente ao genocídio, a naturalização da violência contra o negro está associada a questão da espetacularização da violência, resultado de uma realidade brasileira punitivista, tanto na questão policial quanto no cotidiano das regiões de grande concentração urbana.

¹⁰⁶ ALVES, Joyce. Violência racial e a construção social do “genocídio da população negra”. 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017. P. 4.

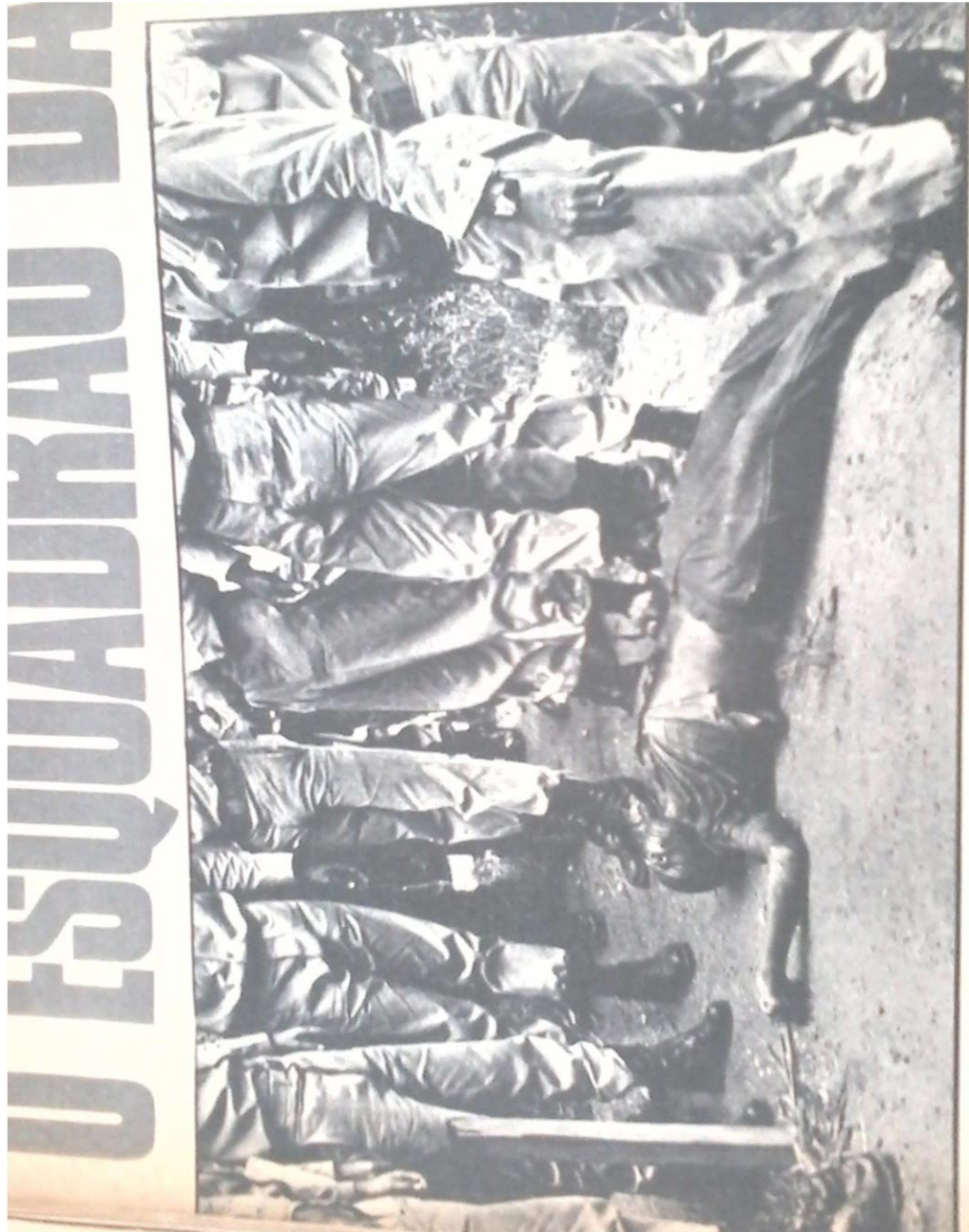


Figura 18. O Esquadrão da Morte. Foto: Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 28/051973, p30.

A figura 19 traz um corpo baleado jogado em meio ao matagal, na mesma linha que a figura 18 ele enfatiza o genocídio. Segundo o Atlas da Violência 2017, a cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras¹⁰⁷, e mais, segundo é enfatizado no atlas que

“que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. Estes autores estimaram que o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Cerqueira e Coelho mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele. Ao calcular a probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os autores concluíram que os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais”

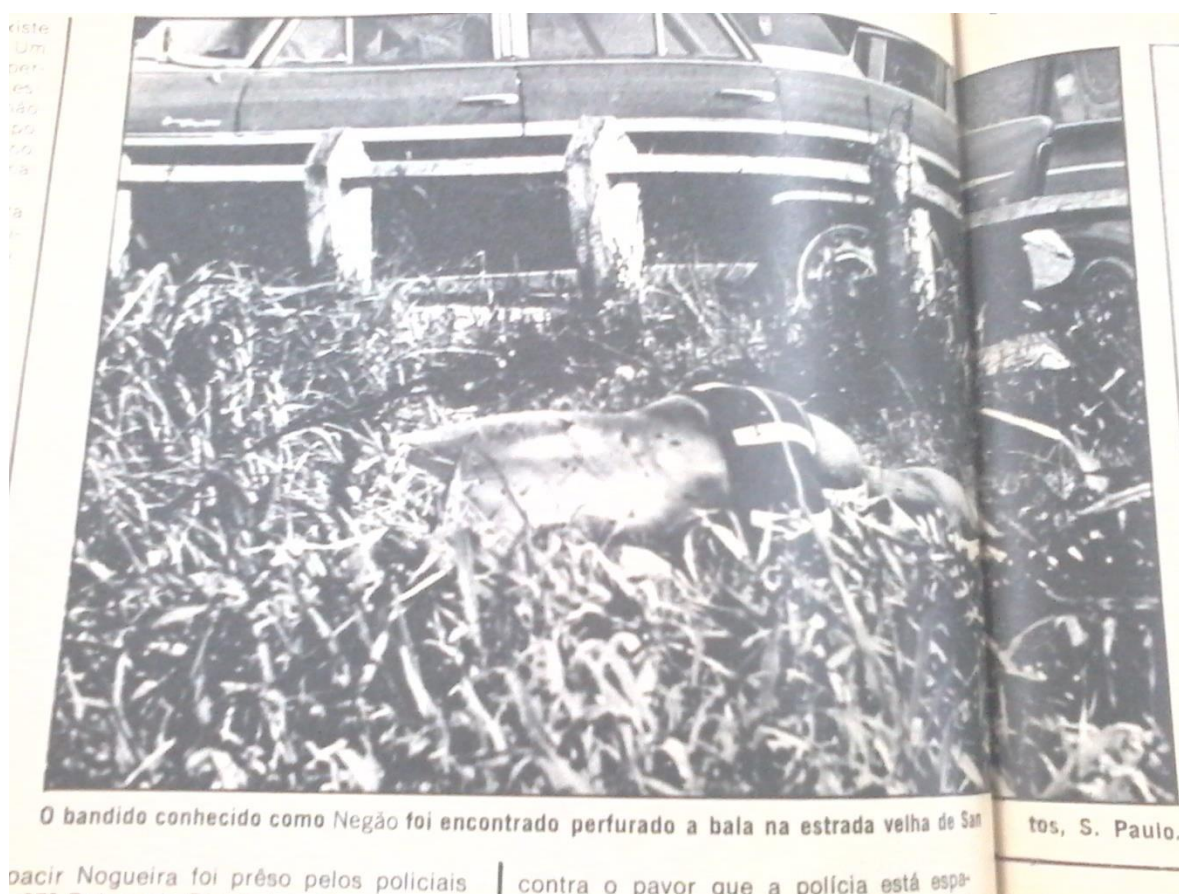


Figura 19. Esquadrão: um bando de assassinos covardes. Reportagem: Brasília Pedrosa/Foto: não identificado, 24/06/1971. p. 14.

¹⁰⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2017. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. P. 30.

resli-
o de
o. E

Esquadrão faz outras vítimas

Mesmo próximo do fim, o Esquadrão da Morte continua a fazer vítimas. Uma delas foi Néelson Nascimento, traficante de maconha, fuzilado em Meriti, depois de escapar do xadrez na subdelegacia de Éden, Estado do Rio. Era um bandido perigosíssimo. Fugira para se vingar da mulher que o delatou — Aguinalda Azevedo — marcando-lhe as faces e as nádegas com vigorosas navalhadas.

A mãe de Néelson — D. Lisete Alves da Silva — conta que ele havia sido espancado bárbaramente no xadrez. E duas testemunhas — Anísio Alves Marinho e Rute Batista, residentes na Rua Antonieta Guaraná, em Meriti — viram quando um grupo de homens armados perseguia Néelson, cujos gritos, na hora do desespero, ainda ouviram:

— Não me matem, pelo amor de Deus. Eu volto pra cadeia!

A hora em que encerrávamos esta edição, Válter e Valdir Fonseca, o pai e o irmão de Moleque Diabo, assassinado a tiros dia 8 de abril na subida do morro da Matriz, surgiam como duas novas e importantes testemunhas, capazes de identificar outros policiais cariocas integrantes do Esquadrão da Morte. Conta Válter que seu filho Valdenir — o Moleque Diabo — saíra de casa para comprar um remédio para a irmã:

— Pouco depois ouvi uns tiros. Saí apressado e vi uma Kombi que serve à Subseção de Vigilância do Méier. Ao me aproximar, fui advertido por um crioulo gordo que me encostou uma 45 na barriga, dizendo: "Saí que é a polícia." Saí. E meu filho morreu fuzilado.

O irmão de Moleque Diabo também acusa um louro alto de ter participado do assassinato. Pai e filho têm medo de morrer, mas estão dispostos a reconhecer dois dos policiais. E pediram garantias de vida ao Promotor Rodolfo Avena. E pediram garantias de vida ao Promotor Rodolfo Avena. E pediram garantias de vida ao Promotor Rodolfo Avena.

O pai de Moleque Diabo, à esquerda, é mais uma testemunha contra o Esquadrão. Embaixo, o corpo de Néelson Nascimento.




Figura 20. O Sindicato do Crime debitava seus mortos ao Esquadrão. Reportagem: Hélio Contreiras/Foto: não identificado, início de Maio de 1970. Página 90, solta.

A figura 20 traz-nos a questão da violência não apenas nas ruas como dentro na própria delegacia. A truculência por parte da polícia é tão naturalizada que é efetuada até dentro das delegacias, locais institucionalizados. A função é concretizar e aumentar o medo das instituições policiais. A luta do pai de *Moleque Diabo* aparece quase um esforço em vão, tendo em vista a sua situação humilde e a situação da efetuação dos disparos ter sido, reconhecidamente, efetuada por policiais.



Figura 21. O Esquadrão dos excomungados. Reportagem Jorge Pinheiros e Hélio Contreiras/ Foto: não identificado, 16/04/1970.p. 22.

A violência é tão escancarada que há uma identificação visual. No caso da figura 21, como já dito no capítulo 2, trata-se do Escudaria de Le Cocq já que esta se identifica de duas tíbias cruzadas sobre uma caveira. Ambos sujeitos da imagem, mesmo aplicando a noção de colorismo, estão no espectro da população negra brasileira.



Figura 22. EM: a vergonha de um país. Reportagem: Paulo Rehder/Foto: Luís Alberto(O dia e A notícia).01/07/1971.p.12.

A população composta de muitas crianças e uma mulher e sua criança de colo na figura 22 olham com curiosidade para o corpo estirado ao chão. A quase naturalidade que os populares circundam o corpo demonstra que este tipo de situação deve ser muito comum nesta região. Esta é a realidade de locais de grande vulnerabilidade, que convivem com altas taxas de homicídios e violência policial. A figura 23 segue o mesmo modelo.

ESTE HOMEM É O TERROR DO ESQUADRÃO DA MORTE

O herói deste filme de suspense tem 1,58 m, é careca, usa um bigodinho à antiga e não sabe sacar uma arma. No entanto, com seu jeito tímido e seus gestos lentos, enfrenta o Esquadrão da Morte, tirando o sono de homens acostumados a matar. Seu nome: Hélio Pereira Bicudo

Texto de DIRCEU SOARES
Fotos de HAMILTON NEGRÃO

SE eu fosse fazer um filme sobre o homem que quer liquidar o Esquadrão da Morte, certamente teria que recompor o personagem. Teria que criar um outro, muito diferente do que existe na vida real: um tipo alto e forte como Burt Lancaster, ou feio como Jack Palance, ou bigodudo como Marlon Brando em *Viva Zapata*. Que andasse com dois *Coits* na cintura — ou empunhando duas metralhadoras, como Bonnie e Clyde? — e fosse muito rápido no gatilho e nos movimentos. E tivesse o olhar clínico como o de Richard Widmark, frio como o de Henry Fonda, vivo como o de Paul Newman e terrível como o de Lee Marvin. No final da história, eu talvez copiasse *Matar ou Morrer*: o mocinho, abandonado por todos, cumpre o seu dever, enfrentando sozinho um bando fortemente armado numa rua deserta, ao meio-dia. O ator escolhido acabaria sendo John Wayne: ele não reúne todas as qualidades ideais para o papel, mas tem a vantagem de nunca perder uma parada em seus filmes e, assim, eu garantiria a vitória do herói, num belo *happy-end* colorido.

Definitivamente, o promotor Hélio Pereira Bicudo não serve para representar o seu próprio papel. Tem apenas um metro e 58 de altura, é um homem franzino e usa uns ternos pesados que o tornam mais miúdo ainda. Seu bigode à antiga, lembrando um pouco o de Melvin Douglas, em seus românticos filmes da década de 40, seus olhos pequenos, azulados e tímidos e a careca precoce para os seus 48 anos lhe dão muito mais a imagem de um professor de Português de um colégio do interior do que a de um homem disposto a en-



Em um ano e sete meses, 182 marginais foram assassinados pelo Esquadrão da Morte em S. Paulo. Média de 2 por semana.



Estes quatro foram encontrados em Guarulhos, São Paulo. Um crime que está entre os muitos investigados por Hélio Bicudo.

Figura 23. Aqui se aprende a matar ou a morrer. Reportagem: não identificado/Foto: Takao Miyagui.02/12/1971.p. 52.

uma espécie de sexta-feira, o Esquadrão da Morte. Em muitos de seus atos, dá-se tratamento ao principal produto de exportação do sangue negro do país na exatidão: Alim de nomeação reportagem e denúncia interseccional, que é denunciada interseccional, dessa maneira para um livro de memórias de Augusto La Botz.

Agora, finalmente, parece que a impiedade do Esquadrão está chegando ao fim, pelo menos em São Paulo e no Rio. O procurador paulista Hélio Bicudo venceu as primeiras batalhas contra o grupo liderado pelo delegado Sérgio Figueiredo, possível líder do Esquadrão paulista. No Rio, o assassinato com requintes de perversidade da costureira Teresa Correia Ferreira, costureira de Lúcio José Rodrigues, o **Laio F. Domingos**, ofereceu os indícios necessários para a descoberta dos membros do Esquadrão da Morte carioca. Seu amante, Jorge Antunes, conseguiu escapar das garras dos policiais-assassinos em condições de denúncia. Em função das informações prestadas por ele, foram presos os membros do policial Alfredo Olimpio Barbosa, **Sivuca II**, Valter Bastos, Alvaro Pinho, Pascoal Cascardo, Germano de Castro, Sívio Carneiro e, depois de alguns dias foragido, o agente federal Arlindo Domingos da Cruz, chefe do grupo de ronda da 26ª Delegacia Distrital, Engenho de Dentro, que teria assassinado a costureira, dia 7 de junho.

Diante da forma como alguns policiais estavam conduzindo as investigações do caso, com o visível interesse de proteger seus colegas envolvidos, a Procuradoria-Geral do Estado nomeou o promotor da Vara de Família, José Silveira Lobo, para acompanhar as investigações em torno das atividades do Esquadrão da Morte. O promotor assumiu suas funções anunciando estar disposto a averiguar tudo e desvendar o mistério que se abateu sobre os crimes atribuídos ao Esquadrão e suas ramificações, tais como o **China Killing**, grupo da **Baleia ou da Caveira**. Dias depois, ele se recolheu num mutismo quase absoluto e, sem demonstrar o mesmo destemor de seu colega Hélio Bicudo, começou a se esquivar dos jornalistas, alegando que suas declarações poderiam atrapalhar as investigações.

Promotor fica quieto para não atrapalhar

Enquanto o promotor age em silêncio, sem que ninguém saiba qual será o seu próximo passo, Jorge Antunes Pereira e Valdir Rodrigues, as principais testemunhas contra o Esquadrão, continuam sob a custódia da polícia. Visivelmente amedrontado, Jorge não conseguiu identificar terça-feira passada o agente federal Arlindo Domingos, um crioulo forte e cinco, cerca de 1,80m de altura, com uma ficha de crimes pouco recomendável. Ele responde ou respondeu a diversos processos, um dos quais por assalto à mão armada, que permitiu a decretação de sua prisão preventiva. Seu advogado, Jair Pereira, um profissional experimentado, pouco mais de 1,60m de altura, afirma que Arlindo nada tem a ver com o assassinato de Teresa, mas poderá contar tudo o que sabe sobre o Esquadrão, se cairer por terra todos seus alibis, alias bastante frágeis.

Mesmo que se livre do inquirido, a prisão desses policiais provou definitivamente a ligação e a participação da polícia nos crimes do Esquadrão da Morte, tantas vezes desmentida anteriormente.

Ao mesmo tempo em que o promotor Silveira Lobo anunciava estar disposto a ouvir "qualquer pessoa que tenha algo positivo a informar sobre os crimes atribuídos

A prisão dos primeiros suspeitos comprovou a tese de que a polícia estava envolvida nos crimes do Esquadrão da Morte



O detetive Coelho, membro confesso do Esquadrão da Morte



Jorge, marido de Teresa, não identificou Sivuca II como um dos matadores de sua mulher. Aterrorizado, ele seria incapaz de reconhecer a própria mãe.



O agente Arlindo Domingos, double de polícia e marginal, ameaça contar toda a verdade sobre o Esquadrão, se não conseguir se livrar da cadeia.



16

Figura 24. O Esquadrão dos excomungados. Reportagem Jorge Pinheiros e Hélio Contreiras/ Foto: não identificado, 16/04/1970.p. 22.

A figura 24 expõe imagens de 3 sujeitos negros e o dizer ao meio “Promotor fica quieto para não atrapalhar”, a reportagem relata o conluio de autoridades frente a violência proporcionada pelas forças policiais. Esta é uma situação que encontra raízes na formação da polícia no Brasil no início do século XIX, onde grande parte do próprio corpo policial era ligado de maneira parental ou de proximidade com autoridades.

3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos desenvolver durante esta dissertação uma discussão sobre o Racismo Estrutural. Sendo o RE a falta de reação ou reconhecimento da ofensa racial devido a naturalização de ações, compreensões, costumes, esteriótipos, estigmas relativos a determinados sujeitos de um mesmo grupo intentamos apontar sua presença em reportagens onde negros a protagonizavam, em especial, na reportagens sobre os grupos denominados EM. Concluimos que o Racismo é não somente estrutural como estruturante das relações e perspectivas que se possa ter sobre o sujeito negro, seja de uma pessoa branca ou dele próprio para ele mesmo. O RE está tão arraigado na visão sobre o negro no senso comum que o mesmo muitas vezes encara com naturalidade seu confinamento em espaços pré-determinados.

Optamos por privilegiar dentro o corpo documental aqueles que expusessem a violência física em contraste as fotografias do capítulo 1 como forma de demonstrar as nuances que a violência racial pode atuar no cenário social brasileiro.

O ponto de partida deste estudo é a convicção do autor de que o Brasil é um país de cultura racista. O racismo é uma olhar ou sentimento que provoca em nossa sociedade, uma intensa indagação acerca do alcance da racionalidade, tão valorizada nas sociedades modernas, e o embate desta com fatores que fogem ao controle do indivíduo. É comum haver a conclusão que o racista é um ser fora, uma anomalia, se afirma assim que a sociedade não é racista, mas sim o indivíduo, se extirpá-lo o problema estará resolvido. Compreendemos aqui que a questão é mais complexa que isto, a ação do sujeito racista trata-se de um imbróglio relacionado a intersubjetividade. A efetividade ou a falência do ato só é possível devido ao contato entre as subjetividades. É o contato que se desdobra no conflito ou no pacto de boa convivência, sem o tensionamento não é possível o embate entre atitudes, práticas, linguagens e discursos. As relações entre os sujeitos ocasionam a intensificação ou até a constituição de suas identidades, sendo estas associações permeadas de relações de poder.

Concluimos que não somente a população negra são as maiores vítimas da violência policial na documentação, como dados levantados por entidades ligados ao governo federal constatam que a violência física aumenta cada vez mais. A mídia é, como instrumento de exposição de discursividade de uma sociedade, um dos mais poderosos instrumentos para a

perpetuação deste pensamento negativo sobre a população negra. Procuramos com este trabalho ser mais uma contribuição para a denúncia desta terrível situação da realidade brasileira.

FONTES

FIGURA 01. Campanha publicitária: painéis da ROCHEDO alumínios do Brasil. Fatos e Fotos, 06/10/1972, p.75.

FIGURA 02. Campanha publicitária: painéis da ROCHEDO alumínios do Brasil. Fatos e Fotos, 06/10/1972, p.75.

FIGURA 03. Lei Trabalhista vai até a cozinha. Reportagem: Luís Vergniaud e Dermi Azevedo/Foto:Ricardo Barroso e José Bosco. Fatos e Fotos,04/11/1972, p.60.

FIGURA 04. Lei Trabalhista vai até a cozinha. Reportagem: Luís Vergniaud e Dermi Azevedo/Foto:Ricardo Barroso e José Bosco. Fatos e Fotos, 04/11/1972, p.61.

FIGURA 05. Sessão de Esportes. Reportagem:Luís Roberto Porto. Fatos e Fotos, 01/12/1973, p.60-61.

FIGURA 06 E 07. O menino pobre que viveu uma fábula. Luís Roberto Porto. Fatos e Fotos, 07/05/1973, p.62.

FIGURA 08. Jair Rodrigues, 'meu time é o do Pelé'. Reportagem: Dirceu Soares/Fotos: Heitor Hui. Fatos e Fotos, 20/08/1973, p.36.

FIGURA 09. Elsa e Garrincha em Roma. Reportagem: Dirceu Soares. Fatos e Fotos, 21/12/1973. p. 13.

FIGURA 10. Vila Isabel sai como favorita. Sem informação. Fatos e Fotos, 21/01/1974, p.19.

FIGURA 11. A noite da rainha do mar. Pedrosa Filho e Luis Carlos/Fotos: Gil Pinheiros, Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 14/01/1974, p. 19.

FIGURA 12. Sargentelli é a maior autoridade, em mulatas neste país, leia o que ele conta de seu convívio com elas no Oba Oba. Sem informação. Fatos e Fotos, 21/01/1974, p.19

FIGURA 13 e 14. Alisamento Exportação. Maria Eduarda Alves de Souza/ Foto: Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 28/05/1973, p.47.

FIGURA 15. Tony Tornado: Sou vítima de Racismo. Inelegível. Fatos e Fotos, 21/01/1974, p,11.

FIGURA 16. Reportagem Jorge Pinheiro e Hélio Bicudo. O Esquadrão da Morte vai ser punido? Fatos e Fotos, p.84, 25/12/1969.

FIGURA 17. É a vez de “Neguinho”. Reportagem e foto: Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 11/12/1972, p.16.

FIGURA 18. O Esquadrão da Morte. Reportagem e foto:Nilton Ricardo. Fatos e Fotos, 28/05/1973,p.30.

FIGURA 19. Esquadrão:um bando de assassinos covardes. Reportagem: Brasília Pedroso/Foto: inelegível, 2406/1971, p.14

FIGURA 20. O Sindicato do crime debitava os seus mortos ao Esquadrão. Reportagem: Hélio Contreiras/Foto:nao identificado, início de maio de 1970, página 90 (destacada)

FIGURA 21. O Esquadrão dos excomungados. Reportagem: Jorge Pinheiros e Hélio Contreiras/Foto: não identificado. Fatos e Fotos, 16/04/1970, p. 22.

FIGURA 22. EM: a vergonha de um país. Reportagem: Paulo Rehder/Foto: Luís Alberto(O dia e A notícia).01/07/1971.p.12.

FIGURA 23. Aqui se aprende a matar ou a morrer. Reportagem:não identificado/Foto: Takao Miyagui.02/12/1971.p. 52.

FIGURA 24. O Esquadrão dos excomungados. Reportagem Jorge Pinheiros e Hélio Contreiras/ Foto: não identificado, 16/04/1970.p. 22.

A história secreta do Esquadrão da Morte. Reportagem: Jorge Pinheiro, Fatos e Fotos, 30/05/1968,p. 22.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maureci Moreira de; RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. O mito da democracia racial, racismo e futebol: um debate sociológico. *Norus - Novos Rumos Sociológicos*. Pelotas, v. 3, n. 3, 2015, p.112-124.

ANSART, Pierre. Ideologia, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.
Disponível em:
http://www.academia.edu/11231758/Pierre_Ansart_e_o_lugar_das_paix%C3%B5es_p_o_l%C3%ADticas.

ANTÔNIO, Mariana D. O sensacionalismo no jornal Última Hora-RJ: sinais e ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969).

AZEVEDO, Célia. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites brasileiras no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. *Rev, Estudos Feministas*, nº 2, ano 3, 2º semestre de 1995.

BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. A história da Polícia no Brasil:balanço e perspectivas. *Topoi*, v.14, n.26 jan/jul, p. 162-173.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril, cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Márcia Regina. *São Paulo e Rio de Janeiro: a constituição do Esquadrão da Morte*. Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/Minas Gerais, 1998.
- DA MATTA, Roberto. *Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo a brasileira* In *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DE LUCA, T. R. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*, Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2006.
- FERNANDES, Pádua. *Migração na ditadura militar brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina de segurança nacional*. Anais do Segundo Congresso de la Sociedad Latinoamericana para el Derecho Internacional. Rio de Janeiro, 23 a 25 de agosto 2012.
- FRY, Peter. *Política, nacionalidade e o significado de “raça” no Brasil* In *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A retomada política-ideológica In GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos (orgs.) Lugar de Negro. Rio de Janeiro, Editora Marcozero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Ed. 34, 2002.

HALL, Stuart. A questão multicultural In Da Diáspora: Identidades e mediações culturais 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.372-388.

_____. A Identidade Cultural no Pós-modernidade. 10º ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HOFBAUER, Andreas. Introdução In Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP(1964- 1983). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLH/USP, 2007.

LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARQUES, Vera R. B. Raça e Nação de Identidade Nacional In BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria Stella; SEIXAS, Jacy; Razão e paixão na política. Brasília: Editora EDU-UNB, 2002.

MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989). 1º Ed. Rio de Janeiro: Revan/São Paulo: Unicamp, 1998.

MELLO NETO, David Maciel. “Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987). 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In. Revista Brasileira de História. V.23, nº 45. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, 2003. p. 11-36.

MOTA, Emilia Guimarães. Apontamentos sobre racismo religioso contra religiões e matrizes africanas. 400* Encontro Anual da Anpocs, 2017.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado In SCHWARCZ, Lilia e QUEIROZ, Renato. Raça e Diversidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

PATTERSON, Orlando. Prefácio In La libertad, la libertad em la construcción de la cultura occidental. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1993.

ROSE, R.S. The Unpast: a violência das elites e o controle social no Brasil de 1954-2000, Trad. Richard Boike. Recife: Ed. Massangana, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In.: História das mulheres no Brasil. Organização Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 2001.